

**UNIVERSIDADE FEDERAL DE SANTA CATARINA  
CENTRO SOCIOECONÔMICO  
DEPARTAMENTO DE CIÊNCIAS DA ADMINISTRAÇÃO  
CURSO DE ADMINISTRAÇÃO**

**MARIANA BATISTA DE ASSIS**

**TECNOLOGIAS SOCIAIS: UM ESTUDO DE CASO DO PORTAL  
TRANSPARÊNCIA**

**FLORIANÓPOLIS**

**2018**

**MARIANA BATISTA DE ASSIS**

**TECNOLOGIAS SOCIAIS: UM ESTUDO DE CASO DO PORTAL  
TRANSPARÊNCIA**

Monografia apresentada ao Curso de Graduação em Administração na Universidade Federal de Santa Catarina (UFSC) como requisito parcial para obtenção do título de bacharela em Administração.

Professor Orientador: Maurício Serva

**FLORIANÓPOLIS**

**2018**

Ficha de identificação da obra elaborada pelo autor,  
através do Programa de Geração Automática da Biblioteca Universitária da UFSC.

Assis, Mariana Batista  
Tecnologias Sociais: Um estudo de caso do Portal  
Transparência / Mariana Batista Assis ; orientador,  
Maurício Serva, 2018.  
70 p.

Trabalho de Conclusão de Curso (graduação) -  
Universidade Federal de Santa Catarina, Centro Sócio  
Econômico, Graduação em Administração, Florianópolis, 2018.

Inclui referências.

1. Administração. 2. Tecnologia Social. 3. Organização da  
Sociedade Civil. 4. Transparência. I. Serva, Maurício . II.  
Universidade Federal de Santa Catarina. Graduação em  
Administração. III. Título.

Dedico o presente trabalho à minha mãe, por todo o apoio financeiro e emocional na minha árdua trajetória estudantil.

## AGRADECIMENTOS

Chegou o momento de agradecer por mais um sonho alcançado. Confesso que no início o vislumbre de entrar em uma universidade - que em tese, é pra ser um espaço aberto ao debate à pluralidade, na vida real, as coisas são bem diferentes- era distante, permanecer então, era a mais difícil missão.

Diante deste fato de me apropriar de um espaço de foi historicamente branco. Eu negra, mulher e pobre venci mais uma batalha, e sou incrível. Sabe por quê? Porque mesmo com todas as adversidades, aos poucos, nós “pretas” temos chegado lá e abrindo caminhos para que cada vez mais outros de nós cheguem a um lugar que sempre foi nosso.

E esse mérito foi por contribuição e apoio de muitos. Logo, primeiramente agradeço a Deus, pois foi a ele que recorria nos momentos difíceis e bons e acredito que ele me deu forças para continuar.

Ao meu alicerce Marcia Batista de Souza, minha mãezinha que me deu estrutura, educação e força emocional e financeira para chegar até aqui.

Aos homens da minha vida, meu irmão Guilherme Batista de Assis e meu pai Osni de Assis, que compreenderam a minha intensa rotina de estudos e são referências quando o assunto são valores morais e éticos.

Às minhas melhores amigas, minhas irmãs pretas, mães, e graduadas Fernanda Costa e Souza e Karoline Franciele dos Santos, nas ricas e simbólicas discussões, sobre nossa permanência na vida acadêmica, e a falta de representatividade política e simbólica que tanto nos assusta, nos dando força uma às outras para sermos protagonistas de uma democracia mais participativa e heterogênea. Pois, “se a coisa tá preta, a coisa tá boa”, e não vamos parar.

A equipe ICOM, em especial Débora Rodrigues e Renata Machado Pereira, pelos ensinamentos, me tornando não só uma profissional melhor, mas um ser humano também. O caminho foi muito mais leve junto a vocês!

Ao meu Orientador e Professor Maurício Serva por ter me acolhido e acreditado na viabilidade da minha pesquisa. Pelo tempo dispensado e pela leitura cuidadosa de cada capítulo deste trabalho, me apontando direcionamentos com uma expertise peculiar.

À toda a minha família que durante estes 5 anos acreditou que eu chegaria até o fim, e é claro pelas grandes “churrascadas” de domingo na casa da vó, para desopilar da realização do TCC. Aos meus primos, primas, tios, tias e minha querida vó: Gratidão!

Às pessoas entrevistadas que enriqueceram o estudo com seus depoimentos.

Saio da universidade totalmente modificada, totalmente remexida nas minhas ideias e ainda mais inquieta.

*“É no balanço da carroça, que as abóboras se ajeitam”.*  
*Mais importante do que o resultado, é o processo que nos leva a este.*  
*Ditado Popular*

## RESUMO

Apresenta-se um trabalho cujo objetivo consiste da participação – como componente principal da democracia - das organizações da sociedade civil em criar e promover tecnologia social. O presente trabalho surgiu da necessidade de estabelecer parâmetros para responder a seguinte questão: Se a tecnologia produzida nesta sociedade interessa e fortalece as entidades que prestam serviços a estas camadas sociais – excluídas e marginalizadas, quais os efeitos do Portal Transparência enquanto Tecnologia Social? Para aproximar teórica e empiricamente a tecnologia social no contexto brasileiro foi feito primeiramente uma análise conceitual e histórica de organização da sociedade civil e tecnologia social. Posteriormente foi realizado um estudo de caso de caso do Portal Transparência, com o intuito de identificar ações e parcerias realizadas com instituições privadas e públicas para a promoção dessa Tecnologia Social, e a diversidade de fatores que estão implicados em sua construção e desenvolvimento. Os dados do Estudo de Caso foram extraídos de pesquisas bibliográficas, documentais e entrevista semiestruturada com alguns atores que tiveram participação na criação desenvolvimento e/ou utilização do Portal Transparência. Concluiu-se como principais efeitos desta tecnologia social 1) infraestrutura para as organizações publicizarem sua identidade online, com acesso a selos, ferramentas e conteúdos que as façam refletir sobre seu papel político pedagógico; 2) suporte e reconhecimento do ICOM a nível local (Grande Florianópolis) possibilitando parcerias com universidades e poder público para a promoção da tecnologia social, fragilizando seus efeitos a nível nacional, por limitação geográfica de atuação e recursos humanos; 3) fragilidade de profissionais com expertise de traduzir expectativas das OSCs em tecnologia (software).

Palavras-chave: Tecnologia Social, Organização da Sociedade Civil, Transparência.

## **ABSTRACT**

It presents a work whose objective consists on the participation - as a main component of the democracy - of non-profit organizations in creating and promoting social technology. The present work emerged from the need to establish parameters to answer the following question: if the technology produced in this society interests and strengthens the entities that provide services to these social layers - excluded and marginalized, what are the outcomes of Portal Transparência as a social technology? Firstly, in order to bring closer, theoretical and empirical, the social technology to the brazilian context, a conceptual and historical analysis of non-profit organizations and social technology was carried out. Up next, a case study of Portal Transparência, with the aim of identifying actions and partnerships between private and public institutions for the promotion of this social technology, as well as analyzing the diversity of factors that are involved in its construction and development. The data of the Case Study were extracted from bibliographical researches, documentaries and semi-structured interviews with some actors who participated in the creation and / or use of the Portal Transparência. The main effects of this social technology were 1) infrastructure for organizations to publicize their online identity, with access to stamps, tools and contents that make them reflect on their political pedagogical role; 2) support and recognition of ICOM at a local level (Grande Florianópolis), enabling partnerships with universities and public authorities to promote social technology, weakening their effects at national level, due to geographic limitation of performance and human resources; 3) fragility of professionals with the expertise to translate CSO expectations into technology (software)..

**Keywords:** Social Technology, Non-profit Organizations, Transparency.



## **LISTA DE QUADROS**

QUADRO 1– SÍNTESE COMPARATIVA ENTRE TECNOLOGIA CONVENCIONAL E TECNOLOGIA SOCIAL.....	27
QUADRO 2 – METODOLOGIA DE ANÁLISE DE IMAGENS.....	36
QUADRO 3 – OBJETIVOS ESPECÍFICOS X COLETA DE DADOS.....	39

## **LISTA DE SIGLAS**

ALESC- Assembleia Legislativa de Santa Catarina

AMA Campos Novos- Associação de Pais e Amigos dos Autistas de Campos Novos

ATN – Associação Telecentro de Informação e Negócios

CAPES - Coordenação de Aperfeiçoamento de Pessoal de Nível Superior

CCT - Conselho Científico e Tecnológico

CNPq - Conselho Nacional de Pesquisas

CRC SC - Conselho Regional de Contabilidade de Santa Catarina

CT&I- Ciência Tecnologia e Inovação

FAPESP - Fundação de Amparo à Pesquisa do Estado de São Paulo

FINEP – Financiadora de Estudos e Projetos

FNDCT - Fundo Nacional de Desenvolvimento Científico e Tecnológico

ICOM-Instituto Comunitário Grande Florianópolis

IPEA - Instituto de Pesquisa Econômica Aplicada

ITS - Instituto de Tecnologia Social

MCT - Ministério da Ciência e Tecnologia

MCTIC - Ministério da Ciência, Tecnologia, Inovações e Comunicações

OAB - Ordem dos Advogados do Brasil

ODM - Objetivos de Desenvolvimento do Milênio

ODS - Objetivos do Desenvolvimento Sustentável

ONG - Organização Não Governamental

OSC - Organização da Sociedade Civil

OSCIP -Organização da Sociedade Civil de Interesse Público

PED - Programa Estratégico de Desenvolvimento

RTS- Rede de Tecnologia Social

SGB- Social Good Brasil

TA-Tecnologia Apropriada

TC-Tecnologia Convencional

TS-Tecnologia Social

UDESC - Universidade do Estado de Santa Catarina

UFSC - Universidade Federal de Santa Catarina

UNISUL - Universidade do Sul do Estado de Santa Catarina

## SUMÁRIO

1	INTRODUÇÃO.....	13
1.1	OBJETIVO GERAL .....	15
1.2	OBJETIVOS ESPECÍFICOS .....	15
1.3	JUSTIFICATIVA .....	16
2	FUNDAMENTAÇÃO TEÓRICA .....	19
2.1	SOCIEDADE CIVIL .....	19
2.1.1	– Organização da Sociedade Civil - Brasil.....	19
2.1.2	Conceituando Organização da Sociedade Civil .....	21
2.2	TECNOLOGIA SOCIAL .....	25
2.2.1	Tecnologia Social em oposição a Tecnologia Convencional.....	26
2.2.2	Marco Analítico-Conceptual da Tecnologia Social .....	28
2.2.3	Ciência e Tecnologia no desenvolvimento de Tecnologias Sociais.....	31
3	METODOLOGIA.....	34
3.1	Tipo de Estudo .....	34
3.2	Método de Coleta de Dados .....	35
4	APRESENTAÇÃO E ANÁLISE DOS DADOS .....	41
4.1	O ICOM – Instituto Comunitário Grande Florianópolis .....	41
4.1.1	Histórico .....	43
4.1.2	Eixo de Apoio Técnico e Financeiro às ONGs .....	44
4.1.2.1	Portal Transparência.....	45
4.1.2.1.1	O desenvolvimento e efeitos da Tecnologia Social Portal Transparência, enquanto instrumento de ação política. ....	49
5	CONSIDERAÇÕES FINAIS .....	59
	REFERÊNCIAS .....	62
	APÊNDICE - ROTEIRO ENTREVISTA SEMIESTRUTURADA .....	69

## 1 INTRODUÇÃO

Nunca foi tão atual o trecho da música da banda Legião Urbana divulgada há 30 anos “que país é esse?”. A crescente diversificação dos desafios sociais persistiu na dificuldade das instituições públicas e privadas se concertarem em torno de respostas sociais adequadas.

Como responder a esses problemas sociais? Quais são as soluções? Como ir além das respostas clássicas e tantas vezes inadequadas? E as Organizações da Sociedade Civil, que sempre estiveram à frente de debates, experiências e lutas para a promoção e defesa de direitos, qual o seu papel? Nesse contexto, surge uma nova configuração de sociedade baseada na equidade social, distribuição democrática de poder e na construção coletiva do conhecimento, alinhada ao conceito de Tecnologia Social.

Logo, se propõe um trabalho cujo objetivo consiste da participação –“como componente principal da democracia” (PATEMAN, 1991) - das organizações da sociedade civil em promover tecnologia social encontrando “raízes” de suas práticas nos novos movimentos sociais que se constituíram durante o período autoritário (SADER, 1988), e no campo da educação popular (GARCIA, 2007, p. 6 *apud* FREIRE, 1967, 1968, e 2000). Por não vincular necessariamente, tecnologias à expectativas do lucro.

Para chegar a esse ponto, é tratado neste estudo, “as duas formas de se chegar ao conceito de Tecnologia Social” (NOVAES e DIAS, 2009). A primeira é defini-la por oposição à Tecnologia Convencional (TC) - “aquela que visa ao lucro e tende a provocar a exclusão social”(DAGNINO, 2013, p. 253). Nesse sentido, o conceito de Tecnologia Social surge como crítica, pois traz a percepção da necessidade de um enfoque tecnológico diferenciado para os processos que têm a inclusão social. A segunda forma de se abordar o conceito de Tecnologia Social, de acordo com o autor, é recorrer ao movimento da Tecnologia Apropriada, incorporando o marco analítico-conceitual construído nas três últimas décadas por pesquisadores até se chegar ao conceito de Tecnologia Social adotado atualmente.

“A modernidade juntamente com as tecnologias traria para a humanidade soluções para os mais diversos problemas sociais, econômicos, da área de saúde, educação, etc” (SANTOS 2002). Porém, o malefício do seu uso está em sua construção e quem a constrói, como afirma Garcia (2007, p. 7):

No mundo das tecnologias convencionais nem sempre a característica de ser “ponte” entre as principais necessidades da população e as soluções por meio da aplicação de conhecimento está presente. Na prática, toda uma série de entraves, omissões, interesses, dificuldades e desencontros influencia, e, muitas vezes, impede que a

“liga” entre necessidades da população e a solução mediante a aplicação de conhecimento, de CT&I, se concretize.

Jesus e Costa (2013, p.22) corroboram esta visão afirmando que:

Pode-se dizer que qualquer aplicação de tecnologia social envolve de alguma maneira um processo de adequação sociotécnica, cuja profundidade depende da distância em que a tecnologia em questão está dos valores e concepções dos atores e do contexto envolvido. Assim, em tecnologia social não se usa o conceito de replicação, mas de reaplicação, considerando que em cada contexto diferente o uso da tecnologia será inevitavelmente reprojetoado.

Observa-se então, que as Tecnologias Sociais respondem a um conjunto inter-relacionado, amplo e diverso, de diversas características, como acrescenta Garcia (2007, p. 2):

As Tecnologias Sociais são construções complexas pela diversidade de fatores que abraça. Enquanto tecnologias implicam em aplicação de conhecimentos, sejam estes populares, científicos ou tecnológicos, assim como procedimentos de organização de conhecimento típico da ciência e a tecnologia, mas ademais devem ter como ponto de partida de sua elaboração as necessidades e problemas de coletivos em situação de exclusão social ou que não possuem poder econômico para encarregar a solução tecnológica de suas necessidades no mercado da ciência e tecnologia.

Isso demonstra o quanto a “TS está voltada para a produção coletiva e não mercadológica e, da mesma forma, está mais imbricada a realidades locais, de modo que pudesse gerar respostas mais adequadas aos problemas colocados em um determinado contexto” (NOVAES e DIAS, 2009, p.19). Dessa forma, o critério definidor de sua existência, baseia-se no fato da solução chegar a quem dela necessita.

Será tratada também a análise histórica, destacando-se Gandhi, que em 1920 na Índia, lutou contra as injustiças sociais existentes naquele país, considerado por pesquisadores o primeiro equipamento tecnologicamente apropriado. Entre as décadas de 1960 e 1990, outros termos surgiram como tecnologias democráticas, intermediárias e alternativas. “Essas tecnologias surgiram direcionadas a resolver alguns dos problemas relacionados à pobreza, por meio de tecnologias que fossem simples e baratas, que se disseminassem rapidamente e de fácil replicação” (JESUS; COSTA, 2013, p. 21).

O Termo Tecnologia Social, segundo Dagnino (2010) utilizado no Brasil, só apareceu em 2000 com a participação de atores preocupados com a crescente exclusão social, precarização, informalização do trabalho, e compartilhavam a percepção – perturbadora, mas difusa – de que era necessária uma tecnologia que correspondesse aos seus propósitos. São esses atores que iniciam, em 2003, a formação da Rede de Tecnologia Social (RTS).

Este cenário serviu de estímulo para aproximar teórica e empiricamente a tecnologia social no contexto brasileiro, propondo neste estudo de caso a seguinte questão: Se a tecnologia produzida nesta sociedade interessa e fortalece as entidades que prestam serviços a estas camadas sociais – excluídas e marginalizadas, quais os efeitos do Portal Transparência enquanto Tecnologia Social?

Desse modo, foi feito um estudo de caso da plataforma aberta online e gratuita [www.portaltransparencia.org.br](http://www.portaltransparencia.org.br), uma Tecnologia Social criada em 2009, de âmbito nacional, desenvolvida pelo ICOM-Instituto Comunitário Grande Florianópolis - organização sem fins lucrativos - em parcerias com instituições locais e nacionais (PORTAL TRANSPARÊNCIA, 2018). O intuito é identificar ações e parcerias realizadas com instituições privadas e públicas para a promoção dessa Tecnologia Social, bem como analisar a diversidade de fatores que estão implicados na construção e no desenvolvimento dessa TS.

As reflexões propostas contextualizam aspectos históricos sobre as TS, sua conceituação, ainda que sinteticamente, e o papel das Organizações da Sociedade Civil no processo de mobilização e articulação com o poder público e privado para a promoção da TS.

## **1.1 OBJETIVO GERAL**

Analisar o desenvolvimento e os efeitos da Tecnologia Social Portal Transparência, enquanto instrumento de Ação Política.

## **1.2 OBJETIVOS ESPECÍFICOS**

- a) Compreender o conceito de Organização da Sociedade Civil, desde a sua formação no contexto brasileiro a sua contribuição à criação de metodologias e tecnologias sociais;
- b) Analisar o marco analítico-conceitual de Tecnologia Social até sua participação nas políticas de ciência e tecnologia;
- c) Identificar e caracterizar a diversidade de fatores que estão implicados na construção e no desenvolvimento da Tecnologia Social Portal Transparência, e seus efeitos na realidade brasileira.

### 1.3 JUSTIFICATIVA

Apesar do número de publicações sobre tecnologias sociais crescer a cada ano no Brasil, segundo Duque (2015) chegando a 724 publicações no ano de 2014, o termo tecnologia social é polissêmico, o que implica em sua legitimidade conceitual, metodologia de análise, e emergência de estudos no campo. Razão pela qual faz sentido discutir neste estudo a sua definição e característica, a partir de experiência e análise prática, dando luz a produção do conhecimento. Nesse sentido, a importância de instaurar processos de investigação acerca das tecnologias sociais passa a ser um requisito fundamental para o aprofundamento do debate teórico.

Dito isso, o papel das Organizações da Sociedade Civil que exercem função pública, é de destaque na produção de TS por trabalharem com e para grupos e comunidades de base local, o que facilita a compreensão e identificação desses problemas com aptidão. Acrescenta Garcia (2001, p. 8):

Diversas pesquisas de instituições como a FINEP – Financiadora de Estudos e Projetos, entre outras, têm constatado que existe uma ampla e crescente comunidade científica e tecnológica – com número significativo de especialistas, mestres e doutores – nessas associações civis produtoras de tecnologias sociais. No entanto, essas entidades e seus quadros não têm sido, até agora, institucional e legalmente reconhecidos, valorizados e promovidos como parte do sistema de ciência e tecnologia do país, e, portanto, não gozam dos instrumentos, benefícios e medidas próprias das políticas públicas de Ciência, Tecnologia e Inovação.

Neste processo de construção social, que poderá a ser um direito reconhecido, Armani (2013, p.20) ratifica a importância do papel das Organizações da Sociedade Civil:

Sua contribuição à criação, experimentação e desenvolvimento de novas metodologias e tecnologias sociais, muitas das quais serão depois incorporadas como políticas públicas[...] reconhecendo que a existência de um amplo, diverso, articulado e autônomo campo de organizações da sociedade civil é condição intrínseca à promoção e efetivação de direitos e à ampliação e ao aprofundamento da democracia, a qual, por sua vez, é condição ética e política da nossa existência como sociedade.

Outro aspecto que merece ser discutido é o conceito de *catching-up*, que consiste na possibilidade do país tecnologicamente atrasado crescer a taxas maiores que os países que compartilham a fronteira da tecnologia mundial, simplesmente utilizando os conhecimentos já desenvolvidos pelos países que estão na fronteira tecnológica (ESTEVES, 2009 *apud* ABRAMOVITZ, 1986; UNCTAD, 2005). Esse determinismo tecnológico em sentido único de desenvolvimento é oposto a TS já que Jesus e Costa (2013, p.22) alertam que “qualquer aplicação de tecnologia social envolve de alguma adequação sociotécnica que em cada



contexto diferente o uso da tecnologia será inevitavelmente reprojetoado”. Destaca-se aí a sua particularidade na etapa de implantação, levando em consideração o impacto desta nos valores locais, inviabilizando a estratégia de crescimento por meio do processo de *catching-up*.

Em outras palavras, o que serve pra um não necessariamente servirá pra outro, mesmo que ambos queiram chegar ao ponto final. Há um grande desnível que separa nação pobre e nação rica, essa última com o poder de dominância econômica e tecnológica. Isso serve para empresas multinacionais e pequenos produtores, sendo o mesmo para a tecnologia, que na forma padronizada e universal, feita de “cima para baixo” em países desenvolvidos sob a ótica do capital, com processos de desenvolvimento praticados que privilegiava apenas uma parcela da população, leva somente ao aumento do estigma social.

Desta maneira, a reflexão sobre práticas que apontam para a possibilidade de governos adotarem iniciativas baseadas em Tecnologia Social é fundamental para promover outro estilo de desenvolvimento social. Pois, “além de terem como ponto de partida as demandas de melhoria de qualidade de vida, as tecnologias sociais visam, como ponto de chegada, respostas concretas a elas” (GARCIA, 2007, p. 7).

Segundo Estenssoro (2003), a desigualdade social é um componente estrutural do sistema capitalista, devido a processos conhecidos de exploração e dominação. Estes processos inviabilizam que a pobreza seja erradicada por meio apenas de políticas focalizadas e administradas por um bloco de poder. São esses processos de exclusão social, em que vive grande parte da população que sinaliza o quanto, ainda, “é preciso percorrer para formular e instituir políticas públicas que incidam em uma totalidade mais abrangente e que contemplem as reais necessidades da sociedade”(FERNANDES e MACIEL, 2011). Esta população não possui recurso econômico suficiente, para custear institutos de pesquisa e desenvolvimento de tecnologias, para encomendar diretamente com eles a solução para suas necessidades. E é nesse contexto de “engenhosidade, de inventiva, de criação, de originalidade, que as tecnologias sociais costumam ser fortemente inovadora produzindo soluções não existentes anteriormente” (GARCIA, 2007, p.9) para essa sociedade desassistida.

Isso torna necessário um processo de sensibilização de atores sociais situadas em diferentes partes do aparelho de Estado e da Organização da Sociedade Civil a respeito do tema, a fim de promover a promoção da Tecnologia Social no plano das políticas públicas. Pereira (2008) reforça essa visão mostrando que:

Desta forma, reconhecer no cenário atual do país as TS com a potencialidade de uma política pública significa avançar na história da democratização do conhecimento, da

ciência, da tecnologia e da inovação social, contribuindo com a efetiva concretização do direito do ser humano à autonomia, à informação, à convivência familiar e comunitária saudável, ao desenvolvimento intelectual, às oportunidades de participação e ao usufruto do progresso sustentável.

Também pactuam dessa concepção Fernandes e Maciel (2010, p. 11), afirmando que:

O futuro do desenvolvimento das TS, em grande parte, encontra-se relacionado à possibilidade de alterar a atual política de ciência e tecnologia no país e de torná-la uma política pública, tendo em vista que as experiências existentes no território nacional apontam para a sua efetividade no que se refere à capacidade de gerar respostas inovadoras para a resolução de velhas demandas sociais e, com isso, impacto social nas comunidades, que se beneficiam com tais tecnologias.

## **2 FUNDAMENTAÇÃO TEÓRICA**

A fundamentação deste trabalho foi desenvolvida em dois capítulos, abrangendo referências que subsidiaram todo o processo de pesquisa e orientaram a compreensão e interpretação do conjunto de informações coletadas.

No primeiro capítulo é feito um resgate da literatura a respeito do surgimento e da institucionalização das Organizações da Sociedade Civil. De uma atuação de costas para o Estado a um protagonismo na democracia do País, como atores na concepção de Políticas Públicas.

No segundo capítulo é feito um resgate do marco analítico conceitual de Tecnologia Social, identificando seus conceitos, a forma como surgiu, suas principais diferenças em relação às tecnologias convencionais, terminologias, e o papel da CT&I no desenvolvimento dessas tecnologias sociais.

### **2.1 SOCIEDADE CIVIL**

#### **2.1.1 – Organização da Sociedade Civil - Brasil**

Para entender o que hoje constitui o que se pode denominar de Organização da Sociedade Civil brasileira faz-se necessário relembrar a trajetória sócio-histórica do campo.

De acordo com Andion e Serva (2006), no período da história brasileira conhecido como República Velha (1889-1930), o Estado dava pouca importância às questões sociais. Nessa época, percebe-se que o conceito de sociedade civil se via atrelado às ideias de filantropia e caridade, sendo os pobres - grande parte da população- percebidos não como cidadãos portadores de direitos, mas como objetos da bondade de seus benfeitores. “A sociedade civil confundia-se então com os espaços da Igreja” (LANDIM, 2002) já que os atendimentos assistencialistas eram dados pelas Instituições Religiosas.

Apesar desse contexto desfavorável à mobilização da sociedade civil, “observa-se a criação das primeiras cooperativas no país, como a Associação Cooperativa dos Empregados da Companhia Telefônica, na cidade de Limeira, no estado de São Paulo (1891) e a Cooperativa de Consumo de Camaragibe, em Pernambuco (1895)” (ANDION e SERVA, 2006, p.43).

A partir de 1930, a chamada “era Vargas” busca conceber iniciativas que refletem a tentativa de instauração de um *Welfare State* brasileiro acompanhado da criação dos principais sindicatos, federações e confederações que congregam trabalhadores por empresa, região ou setor de atividade” (ANDION e SERVA, 2006, p. 44). É nesse período que segundo Landim (2002), emergem as chamadas leis de assistência social (Decretos-lei 525/38 e 5.597/43) definindo o papel das associações como prestadoras de serviço à grande parte da população, que ficava às margens das políticas sociais. Apesar disso, as iniciativas da sociedade civil ainda são vistas como assistencialistas compreendidas muito mais como “objetivação das estruturas e da ação do Estado” (TELLES, 1987).

No período de Ditadura Militar (1964-1985), Andion e Serva (2006) apontam dois momentos que refletem na compreensão da composição da sociedade civil brasileira. O primeiro mostra que a ditadura faz com que muitas das iniciativas sociais que não pertenciam ao aparato governamental fossem consideradas clandestinas. Por outro lado, começa a florescer em diferentes partes do Brasil movimentos sociais e ONGS (Organização Não-Governamentais) criadas com o apoio dos movimentos, e “o apoio de alas progressistas da Igreja Católica, que reviu suas posições quanto à organização da população para participar de movimentos e mobilizações conscientizadoras” (GOHN, 2000, p. 12).

Armani (2013, p. 62) caracteriza essas instituições:

No Brasil dos anos de 1970 e, em larga medida, 1980, o campo das Organizações da Sociedade Civil (OSCs) era dominado por organizações relativamente pequenas e bastante informais nos seus modos de ser, desafiadas a sobreviver na escassez de recursos, focadas nas suas atividades-fim e com um padrão de gestão simples e informal, baseado em relações de confiança.

Andion e Serva (2006, p. 47) também caracterizam as Organizações da Sociedade Civil nesse período:

Apesar da repressão política perpetrada pela ditadura militar, paradoxalmente, observa-se a formação de uma espécie de base do que poderíamos chamar de uma sociedade civil ativa no Brasil. Esta se caracteriza pela pluralidade de ideais e de práticas, pela multiplicidade de identidades coletivas, pela automobilização e autocriação de grupos e de redes. A esse ponto, o movimento começa a engendrar a sua própria institucionalização, desembocando mais tarde na fundação de um grande número de organizações formais, bem como no estabelecimento de leis que buscavam concretizar no espaço público a legitimação de seus ideais.

Após vinte e um anos de Ditadura Militar, as instituições democráticas voltam a prevalecer. “Primeiramente, há uma mudança no perfil das ONGs “históricas”, as quais buscam se demarcar dos movimentos sociais” (DA PAZ, 2005). A lógica muda, priorizando trabalhos em “parceria” com o Estado e/ou empresas. Vão inicialmente prestar serviços para os governos municipais e, mais tarde, na década de 1990, atuar como parceiras na

implementação de políticas públicas federais (ANDION e SERVA, 2006). Nesse período, “as organizações da sociedade civil – na forma espacialmente de associações, centros de assessorias, movimentos populares e ONGs – deram-se a conhecer e se fortaleceram como sujeitos políticos autônomos” (ARMANI, 2013, p.21).

Assim, as ONGs se afirmam e se popularizam de maneira mais densa “a partir da década de 1980 e ganham importância mundial no decênio seguinte, sobretudo após a “Constituição de 1988, Lei das Organizações Sociais (Lei nº 9637, de 1988), Lei das Oscips (Lei nº 9.790, de 1999)” (ARMANI, 2013, p. 21) e a Eco-92” (MATOS, 2005, p. 23). De acordo com Wendhausen (2003), esse foi um evento que ocorreu no Rio de Janeiro no ano de 1992 e contou com a realização do Fórum Brasileiro de ONGs e Movimentos Sociais, ocupando expressivos espaços na mídia, o que revelou a complexidade e diversidade do universo das ONGs.

Nesse cenário, o “Estado brasileiro passou a estimular um novo protagonismo das organizações da sociedade civil, dentro do sistema político nacional, a saber, o papel de exercer democraticamente o controle social das políticas públicas, assim como de influenciar a sua elaboração e configuração” (CIOCONELLO, 2009, p. 612).

### **2.1.2 Conceituando Organização da Sociedade Civil**

Mas que sociedade civil é esta à qual atribui papel tão relevante como agente ou ator das reformas? A diversidade de significados que carrega a expressão “sociedade civil” é baseada em uma longa e tortuosa história no campo das ideias políticas. E seu conceito tem sido reformulado por quase todos os filósofos políticos ocidentais significativos, passando por Hobbes, Locke, Rousseau, Ferguson, Smith, Kant, Hegel, Marx, Gramsci e, contemporaneamente, Arato& Cohen.

Inicialmente o conceito de sociedade civil era visto como sinônimo de Estado – em oposição ao estado de natureza. Os homens precisam de uma sociedade civil porque as “leis da natureza (tais como justiça, igualdade e modéstia) não podem ser garantidas sem o terror de algum poder” (HOBBS, 1967, p. 109). De acordo com Hobbes, a sociedade precisa de um poder soberano ou Leviatã para poder organizar os seus assuntos.

O segundo autor a construir a ideia de sociedade civil foi Locke, no século XVII. Apesar da semelhança entre Locke e Hobbes no que diz respeito ao surgimento da sociedade civil do Estado natural, Locke enfatiza que os homens se juntaram para formar uma

comunidade ou corpo político, e não apenas para entregar seus direitos (BARKER, 1960). Locke se diferenciou de Hobbes por acreditar que o poder soberano ou o Estado não poderia ser uma monarquia absoluta, pois seria incoerente com uma “sociedade civil” (BARKER, 1960, p. 52).

Em suma, é possível notar que, até o século XVIII a preocupação comum dos teóricos – como Hobbes, Locke, Rousseau, Ferguson, Smith, Montesquieu e Hume, por exemplo – era a de examinar as condições sob as quais os seres humanos poderiam escapar do Estado de natureza ou de entrar em uma forma contratual de governo baseada na regra da lei, isto é, em uma sociedade civil (PINHEIRO, 1994).

Já a filosofia política de Hegel, era focada na diferenciação da sociedade civil e Estado. O autor define a sociedade civil como uma criação do mundo moderno que ocorreu após a formação do Estado. A sociedade civil é a diferença que se interpõe entre a família e o Estado (HEGEL, 1991, p. 220).

A singularidade de Hegel repousa no fato deste reconhecer o papel desempenhado pelas organizações sociais – corporações, associações e comunidades da sociedade civil – na mediação do relacionamento político entre o indivíduo e o Estado (Colás, 2002).

Hegel (1991, p. 220) complementa:

A pessoa concreta, que, como pessoa privada, como a totalidade de necessidade e uma mistura de necessidade natural e arbitrariedade, é o seu próprio fim, que é o preceito de sociedade civil. Mas esse indivíduo se coloca essencialmente em relação a outros indivíduos, e seu relacionamento é tal que cada um se afirma e ganha satisfação, por meio do outro e assim, ao mesmo tempo, através da mediação exclusiva da forma de universalidade, que é o segundo preceito.

Hegel é considerado o “representante teórico da sociedade civil” porque baseou seus estudos sobre o conceito dentro da complexa ordem social moderna, enquanto tentava combinar “os costumes antigos com a liberdade moderna do indivíduo” (COHEN e ARATO, 1994, p.91).

Nesta perspectiva, a sociedade civil passa a ser vista como protagonista do processo de consolidação da democracia, abrindo um novo caminho de solidariedade humana e de preocupação com a condução política mundial. A sociedade passa a se organizar em grupos e em espaços não governamentais para defender seus interesses e transformá-los em direitos.

Habermas (1984) cita alguns dos trabalhos que aproximam o conceito de sociedade civil à chamada esfera pública. O autor salientou a diferença entre as características públicas e privadas, encontradas na sociedade civil, nas famílias, na economia e na autoridade. Essa importância dada a opinião pública é citada no trecho de Habermas (1996, p. 367):

Sociedade Civil é composta por associações, organizações e movimentos mais ou menos espontaneamente emergentes que, sintonizados nas formas pelas quais os problemas sociais geram ressonância nas esferas da vida privada, destilam e transmitem tais reações, de forma amplificada na esfera pública. O cerne da sociedade civil abrange uma rede de associações que institucionalizam discursos de soluções sobre as questões de interesse geral dentro do quadro das esferas públicas organizadas.

Dentro desta classificação do papel das associações na formação da sociedade civil, Keane (1988, p. 14) define sociedade civil como:

Agregado de instituições cujos membros estão engajados principalmente num complexo conjunto de atividades que não estatais – produção econômica e cultural, vida familiar, e associações de voluntários- e que, desta forma, preservam e transformam sua identidade pelo exercício de todos os tipos de pressões ou controles sobre as instituições do Estado.

A abordagem de Putnan (1996) enfatiza a importância do funcionamento interno das “associações civis”, enquanto discute a democracia e o capital social. O autor americano menciona que há uma relação entre confiança e capital social, e acredita que esse tipo de capital, que é um bem público, intensifica as transações entre as pessoas. “As associações civis contribuem para eficácia e a estabilidade do governo democrático, não só por causa de seus efeitos internos sobre o indivíduo, mas também por causa de seus efeitos externos sobre a sociedade” (PUTNAN, 1996, p. 103).

A problemática da relação entre o público e o privado, o individual e o social, a ética pública e os interesses individuais (SELIGMAN, 1992), resultou no modelo da sociedade civil contemporânea definida como a “esfera de interação social entre a economia e o Estado, que inclui, acima de tudo a esfera íntima (especialmente a família), a esfera de associação (especialmente as associações voluntárias), os movimentos sociais e as formas de comunicação pública” (COHEN e ARATO, 1992, p. 9).

De acordo com Bobbio (1999), o comunista Gramsci, fez importantes contribuições ao conceito de sociedade civil, considerando que a mesma não era governada puramente por “relacionamentos materiais” ou econômicos, mas também por “hegemonia”. A hegemonia pode ser entendida como o controle ideológico da sociedade por uma classe, uma fração de classe, ou uma aliança de classes (ALVES, 2004, p.150).

Gramsci (1975) acreditava que existiam duas superestruturas nas quais os intelectuais orgânicos poderiam intervir e assim fortalecer sua ligação com determinados grupos sociais. Esses dois níveis de superestrutura seriam: a sociedade civil ou privada e a sociedade política ou Estado:

- a) a sociedade civil, ou seja, o conjunto de organizações privadas da sociedade;
- b) o Estado. Os intelectuais têm uma função na “hegemonia” que o grupo dominante exerce sobre toda a sociedade e no “domínio” sobre esta através do estado. Esta função é precisamente “organizativa” ou conectiva: os intelectuais têm a função de organizar a hegemonia social de um grupo e seu domínio estatal. (GRAMSCI, 1975, p. 476).

Keane (1998) critica o conceito dado por Gramsci ao dizer que o autor defende a sociedade civil como forma de aboli-la. O interesse estratégico de Gramsci na sociedade civil é totalmente oportunista, de acordo com Keane (1998). Ele vislumbra uma futura sociedade regulada sem classes e ele, por conseguinte, leva a conclusão política que sociedade civil é um arranjo descartável, temporário, e histórico (KEANE, 1998, p.16).

Para Marx (1993) a sociedade civil consiste de massas separadas cuja formação é fortuita e não remonta a uma organização. Essas “massas separadas” são definidas em relação à esfera produtiva. Desta maneira, vê-se que, para Marx (1993, p. 53), a sociedade civil coincide com o momento estrutural:

A forma de intercâmbio, condicionada pelas forças de produção existentes em todas as fases históricas anteriores e que, por sua vez, as condiciona, é a sociedade civil (...). Vê-se, já aqui, que esta sociedade civil é a verdadeira fonte, o verdadeiro cenário de toda a história, e quão absurda é a concepção histórica anterior que, negligenciando as relações reais, limitava-se às ações altissonantes dos príncipes e dos Estados.

O que procurou fazer, depois de vistos os vários conceitos de sociedade civil foi “compreender como a sociedade civil pode efetivamente contribuir para a construção de uma ordem democrática” (ALVES, 2004, p.154).

Com a abertura política e com a redemocratização das instituições políticas brasileiras – Constituição de 1988 - assistimos ao crescimento de um fenômeno que vem se manifestando como protagonista nas decisões políticas. “Houve uma considerável aproximação entre Estado e sociedade civil, que passam a orientar suas ações de forma a possibilitar melhores resultados no que se refere ao alargamento da democracia” (DAGNINO, 2004). Isso implicou em novas precisões conceituais da expressão sociedade civil, mas especificamente na Sociedade Civil Organizada:

Nas palavras de Rubem César Fernandes (1997, p. 27):

Fala-se hoje das “organizações da sociedade civil” (OSC) como um conjunto que, por suas características, distingue-se não apenas do Estado, mas também do mercado. Recuperada no contexto das lutas pela democratização, a ideia de “sociedade civil” serviu para destacar um espaço próprio, não governamental, de participação nas causas coletivas. Nela e por ela, indivíduos e instituições particulares exerceriam a sua cidadania de forma direta e autônoma.

Para Pinto (2004, p. 102):



[...] não só não inclui todos os cidadãos, como também tem uma existência concreta, que vai muito além da presença de cidadãos e cidadãs. Sociedade civil tem a ver com organizações, têm a ver com presença de cidadãos agindo de forma coletiva em diversas áreas da vida cotidiana, cívica, religiosa, cultural, artística, sindical, associativa, voluntária, que se formalizam em movimentos sociais, igrejas, clubes, associações, ONGs etc.

De acordo com Armani (2013, p. 31), organizações da sociedade civil “são entes sociais, autônomos ancorados no interesse público e com capacidade de voz crítica e inovação na sociedade”. O autor acrescenta que o papel dessas instituições que perfazem o tecido social, necessitam de um “outro” para dialogar, para estabelecer parcerias, para validar suas iniciativas e para servir como referência de resultados.

Em termos mais restritos, optou-se por escolher uma definição que seja adequada às necessidades empíricas da pesquisa, ou seja, na perspectiva democrático-participativa de Dagnino (2006):

Sociedade civil seria constituída por setores organizados e heterogêneos, voltados a assegurar o caráter público do Estado, por meio da participação e do controle social, sendo um terreno constitutivo da política, onde se dá o debate entre os interesses divergentes e a construção dos consensos provisórios que possam configurar o interesse público.

De acordo com o conceito apresentado, podemos dizer então que a sociedade civil se define como uma esfera social particular, com um papel específico, diferenciado do Estado e do mercado, mas, que mantém relações de interface com estas duas esferas, configurando assim, um novo contexto histórico de afirmação de novos direitos aos cidadãos.

## **2.2 TECNOLOGIA SOCIAL**

O termo Tecnologia Social vem sendo recorrentemente debatido por atores sociais em fóruns, locais de pesquisa e extensão, e em espaços governamentais. Apesar dessa representatividade, o conceito de TS é polissêmico, sem uma definição fechada ou unívoca, representando uma falha em sua conceituação.

“A sensação que passa é que, ao abarcar uma grande fatia de fenômenos, não chegue a fechar uma tipologia claramente reconhecível e que seja útil à identificação das Tecnologias Sociais” (TRIANA, 2014, p. 76).

Segundo Duque (2015) existem dois significados distintos de TS na literatura. O que é designado como primeira corrente e que tem como principal autor Renato Dagnino, é definir a

Tecnologia Social por oposição ou por negação à Tecnologia Convencional (TC) – criada pela grande corporação e para a grande corporação capitalista - e aos valores que ela traz embutidos. Nesse sentido, o conceito de TS surge como uma crítica à TC e de uma percepção, ainda não precisamente formulada, da necessidade de um enfoque tecnológico para a questão do que vem sendo denominada inclusão social (NOVAES e DIAS, 2009, p. 17). A segunda maneira, de acordo com os autores, é incorporar o marco analítico conceitual, analisados por estudiosos da área nos últimos 30 anos, até originar ao conceito adotado atualmente.

### **2.2.1 Tecnologia Social em oposição a Tecnologia Convencional**

A tecnologia como "o conjunto de todas as técnicas de que dispõe uma determinada sociedade" (VIEIRA PINTO, 2005), torna-se, na percepção de Dagnino (2010), uma tecnologia convencional que provoca dominação entre seus usuários e agrava os problemas sociais e ambientais.

As tecnologias convencionais costumam resolver problemas e necessidades de pessoas ou empresas, desde que sejam viáveis no mercado, em outras palavras, desde que haja pessoas ou empresas com recursos suficientes para desenvolvê-las ou adquiri-las. “Em muitos ambientes tecnológicos, a inovação, por exemplo, só é considerada como tal, se for introduzida com sucesso no mercado” (SANTOS, 2009).

Dagnino (2004) corrobora esta visão, quando diz que a Tecnologia Convencional é mais poupadora de mão-de-obra do que seria conveniente. Em outras palavras, ela economiza o trabalho humano e maximiza a produtividade em relação à mão de obra ocupada. Esse enviesamento do indicador produtividade é exemplificado por Dagnino (2004):

Se uma empresa consegue diminuir a mão de obra numa proporção maior do que diminuiu sua produção, ela se torna mais “produtiva”. Não importa se o que fez foi “enxugar” o pessoal mediante uma reorganização do processo de trabalho que possibilita que um mesmo trabalhador tenha de desempenhar uma tarefa antes realizada por dois. Quando o indicador de produtividade é estimado em termos monetários, revela-se ainda mais enviesado. Nesse caso, cada vez que uma empresa consegue diminuir o valor de sua folha de pagamento (por exemplo, despedindo trabalhadores com mais “tempo de casa” e contratando para a mesma função outros mais jovens), torna-se mais “produtiva”. Isso mostra que os próprios indicadores que vamos utilizar para avaliar tecnologias autogestionárias terão de ser bem diferentes.

Além disso, o pequeno capitalista ou pequeno empresário estará sempre em desvantagem em relação àquele com recursos suficientes para adquirir a última tecnologia, ele terá de se contentar com uma tecnologia que não é a mais eficiente segundo os parâmetros

capitalistas. É ambientalmente insustentável, porque o capitalismo não considera a deterioração do meio ambiente como custo na contabilidade. É segmentada, não permitindo que o produtor direto exerça controle sobre a produção. É alienante, pois suprime a criatividade do produtor direto. É hierarquizada, pois exige que haja a posse privada dos meios de produção e o controle sobre o trabalho. “A TC é, ainda, irradiada pelas empresas dos países do norte e absorvida de forma acrítica pelas empresas dos países subdesenvolvidos” (DAGNINO , 2004, p.22).

A TS, em contraposição, reuniria características como: 1) ser adaptada a pequenos produtores e consumidores de baixo poder econômico; 2) não promover o tipo de controle capitalista, segmentar, hierarquizar e dominar os trabalhadores; 3) ser orientada para a satisfação das necessidades humanas (produção de valores de uso - “o mundo não é uma mercadoria, tal como nos informa o lema do Fórum Social Mundial); 4) incentivar o potencial e a criatividade do produtor direto e dos usuários; 5) ser capaz de viabilizar economicamente empreendimentos como cooperativas populares, assentamentos de reforma agrária, a agricultura familiar e pequenas empresas (NOVAES e DIAS, 2009, p.19).

Sendo assim, Dagnino (2014, p. 158), define Tecnologia Social como sendo:

O resultado da ação de um coletivo de produtores sobre um processo de trabalho que, em função de um contexto socioeconômico (que engendra a propriedade coletiva dos meios de produção) e de um acordo social (que legitima o associativismo), os quais ensejam, no ambiente produtivo, um controle (autogestionário) e uma cooperação (de tipo voluntário e participativo), permite uma modificação no produto gerado passível de ser apropriada segundo a decisão do coletivo.

No quadro abaixo se observa a síntese comparativa entre tecnologia social e tecnologia convencional:

QUADRO 1 – SÍNTESE COMPARATIVA ENTRE TECNOLOGIA CONVENCIONAL E TECNOLOGIA SOCIAL

Dimensões	Tecnologia Convencional	Tecnologia Social
Ponto de Partida	Pesquisa Científica	Articulação do senso comum
Racionalidade	Instrumental	Instrumental ou substantiva
Tomada de Decisão	Hierarquizado	Difuso ou não discriminatório
Transparência	As informações são limitadas e estratégicas	As informações circulam de maneira satisfatória, criando consenso por meio das discussões políticas
Espaço	Socioafastador	Socioaproximador
Finalidade de Gestão	Lucro	Interesse bem compreendido
Método	Positivismo Lógico	Teoria Crítica
Contracepção de estrutura organizacional	Segmentada e Hierárquica	Adaptada a pequeno tamanho e criativa
Premissas teóricas	-	-
<i>Modus operandi</i>	Competição	Coopetição
Benefícios	Lucro	Qualidade de vida
Dimensão Temporal	Contínuo e linear	Atemporal

Amplitude de ação	Detentores de recursos financeiros	Independência de classificação social financeira
Visão	Ingênua e idílica	Emancipatória
Foco	Somente o mercado (mecanicista)	Mercado e o social
Consequência	Reificação	Aplicação ampla difusa e melhorias aplicadas pelos usuários
Relação	Criar isolamento e anomia	Criar fenonomia e isonomia
QUADRO 1 – ANÁLISE COMPARATIVA ENTRE TECNOLOGIA CONVENCIONAL E TECNOLOGIA SOCIAL		

Fonte: Adaptado de Cançado, Sausen e Vilela (2013)

### 2.2.2 Marco Analítico-Conceitual da Tecnologia Social

Segundo Dagnino, Brandão e Novaes (2004), as alternativas tecnológicas sociais tiveram origem na Índia, em 1920, pelo movimento liderado por Gandhi para libertação daquele país, então colônia britânica. Os autores identificam a atuação do projeto político de Gandhi, como importante fator no processo de independência da Índia.

Entre 1924 e 1927, Gandhi dedicou-se a construir programas, visando à popularização da fiação manual realizada em uma roca de fiar reconhecida como o primeiro equipamento apropriado, a Charkha, como forma de lutar contra as injustiças sociais e o sistema de castas que a perpetuava na Índia. Isso despertou a consciência política de milhões de habitantes das vilas daquele país sobre a necessidade de autodeterminação do povo e da renovação da indústria nativa hindu, o que pode ser avaliado pela significativa frase por ele cunhada: “Produção pelas massas, não produção em massa.

Os ideais de Gandhi de tecnologia apropriada tiveram forte influência nos trabalhos do pensador alemão Ernest Friedrich Schumacher na década de 70, que a chamou de “tecnologia intermediária”. Uma tecnologia intermediária seria mais produtiva que a tecnologia rudimentar (que amiúde está em decomposição), e seria mais barata que a “tecnologia de ponta”. Seria simples, compreensível, de fácil manutenção, e geradora de empregos porque seria intensiva em mão-de-obra (SCHUMACHER, 1983). Uma tecnologia que, em função de seu baixo custo de capital, pequena escala simplicidade e respeito à dimensão ambiental, seria mais adequada para os países pobres (DAGNINO; BRANDÃO; NOVAES, 2004, p. 20).

Até a década de 1990, outros termos surgiram, desencadeando uma grande quantidade de expressões que, no sentido geral, buscam diferenciar-se, de alguma forma, daquelas tecnologias consideradas de uso intensivo de capital e poupadoras de mão-de-obra, objetando-se ao processo de transferência massiva de tecnologia de grande escala (característico dos países desenvolvidos) para os países em desenvolvimento, que podem criar mais problemas

do que resolvê-los. Brandão (2001, p. 13) identifica as terminologias utilizadas para essa tecnologia alternativa:

Tecnologia alternativa, tecnologia utópica, tecnologia intermediária, tecnologia adequada, tecnologia socialmente apropriada, tecnologia ambientalmente apropriada, tecnologia adaptada ao meio ambiente, tecnologia correta, tecnologia ecológica, tecnologia limpa, tecnologia não-violenta, tecnologia não-agressiva ou suave, tecnologia branda, tecnologia doce, tecnologia racional, tecnologia humana, tecnologia de auto-ajuda, tecnologia progressiva, tecnologia popular, tecnologia do povo, tecnologia orientada para o povo, tecnologia orientada para a sociedade, tecnologia democrática, tecnologia comunitária, tecnologia de vila, tecnologia radical, tecnologia emancipadora, tecnologia libertária, tecnologia liberatória, tecnologia de baixo custo, tecnologia da escassez, tecnologia adaptativa, tecnologia de sobrevivência e tecnologia poupadora de capital.

Essas tecnologias surgiram direcionadas a resolver alguns dos problemas relacionados à pobreza, por meio de tecnologias que fossem simples e baratas, que se disseminassem rapidamente e de fácil replicação (JESUS; COSTA, 2013, p. 21).

Segundo Dagnino, Brandão e Novaes (2004), a Tecnologia Apropriada começa a levar forte crítica, argumentando que seus defensores não compreenderam que o desenvolvimento de tecnologias alternativas representava condição necessária, mas não suficiente, para que sejam adotadas pelos grupos sociais que pretendiam se beneficiar. Em outras palavras, as tecnologias intermédias acabaram por ser direcionadas para a aplicação em países subdesenvolvidos em um processo de transferência tecnológica.

Essas críticas podem ser exemplificadas no trecho de um texto de Sachs (2009, p. 141):

Schumacher formulou uma proposta bem intencionada, porém extremamente redutora, que lhe valeu grande popularidade: recorrer a tecnologias “intermediárias” que já saíram de uso nas economias desenvolvidas, mas ainda assim constituem um progresso com relação às tecnologias atrasadas que ainda predominam nos países do Sul. Dentro de certos limites, as tecnologias intermediárias têm sua utilidade. Mas não dá para renunciar aos setores avançados da indústria, nem para transformar *SmallisBeautiful* em uma ideologia, para não dizer religião.

De todo modo, é a partir da teoria de Schumacher que se desencadeou um processo de disputa semântica e níveis de práticas que hoje se configura como tecnologia social – expressão que ganha força a partir de meados da década de 1990 no Brasil. A tecnologia social se diferencia, sobretudo, por superar a concepção de “transferência de tecnologia” ao incluir como elementos centrais significativos das práticas que designa: a construção do processo democrático participativo e a ênfase na dimensão pedagógica” (SANTOS, 2009, p. 60).

A reflexão teórica sobre o conceito de Tecnologia Social foi realizada pelo Instituto de Tecnologia Social no Brasil, que por meio de um trabalho empírico de acompanhamento das

aplicações práticas de tecnologias, mapeamento, seminários, e participação de iniciativas sociais do país, conceitua TS como sendo um “conjunto de técnicas e metodologias transformadoras, desenvolvidas e/ou aplicadas na interação com a população e apropriadas por ela, que representam soluções para inclusão social e melhoria das condições de vida” (INSTITUTO DE TECNOLOGIA SOCIAL, 2004, p. 130).

Jesus e Costa (2013, p. 21) ratificam que:

A proposta da tecnologia social enfatiza a perspectiva de que cidadãos, associações de bairro, empreendimentos de economia solidária, organizações não governamentais, movimentos sociais e outras instituições da sociedade civil organizadas podem desenvolver, apropriar-se de, ou adequar tecnologias em benefício de sua coletividade.

Passoni (2005, p. 93-112), complementa:

O conceito de tecnologia social é fruto de um trabalho coletivo e encontra sustentação e legitimidade no diálogo, na participação e na partilha de aprendizagens entre diversos atores da sociedade. Os princípios são proposições elementares que perpassam e servem de fundamento à noção de tecnologia social. Os parâmetros são aqueles elementos e componentes que permitem identificar ações/experiências/práticas como tecnologias sociais, são os ingredientes que as tornam tecnologia social; a identificação de parâmetros tem como objetivo construir uma base para futuros critérios de análise de ações sociais. Acreditando que conceitos servem como instrumentos analíticos, que nos permitem realçar aspectos da realidade (em detrimento de outros) e entendê-la a partir de uma determinada ótica, em relação às implicações do conceito, são destacados alguns aspectos da realidade que a noção tecnologia social sublinha, que abordam: 1) a relação entre produção de C&T e Sociedade; 2) uma direção para o conhecimento; (3) um modo específico de intervir diante de questões sociais.

Nesse contexto, as TS são estruturas flexíveis ou deveriam ser, pois "nem tudo que é viável em um lugar pode sê-lo, da mesma forma, em outro" (LASSANCE; PEDREIRA, 2004, p. 68). Os autores consideram que:

Adaptações inteligentes e espírito inovador explicam por que se fala em reaplicação, e não em replicação, de Tecnologias Sociais (TS). Por outro lado, é também impossível disseminar uma determinada TS se não há um padrão tecnológico cujos elementos essenciais permitam escala. Considere-se que, no padrão tecnológico, o mais importante para a reaplicação pode ser, por exemplo, um programa de formação e capacitação, e não necessariamente um componente mecânico ou eletrônico.

As tecnologias sociais devem atender às demandas sociais concretas da população. O processo de tomada de decisão deve ser democrático e deve mobilizar a população. A população deve aprender e o aprendizado deve ser planejado e articulado. As tecnologias sociais devem ser sustentáveis no âmbito econômico, social e ambiental (RODRIGUES; BARBIERI, 2008).

Freitas e Segatto (2014, p. 312), destacam que:

[...] a Tecnologia Social tem como características diferenciadoras: inversão da posição do beneficiário da tecnologia de consumidor para ator central, o que rompe com a relação de dependênciatecnológica; desenvolvimento mediante interação com a comunidade, respeitando a cultura local e promovendo seus valores; democratização do conhecimento, que é disponibilizado publicamente; orientação pela necessidade de seus beneficiários em vez da orientação ao mercado; projeção com o propósito de promover a transformação social, observadas as dimensões do desenvolvimento sustentável.

Segundo Duque (2015), essa busca e pesquisa pela disseminação da TS no Brasil, culminaram a partir de 2001, na criação de instituições que proporcionaram a divulgação de várias tecnologias sociais, além de incentivar a construção de um arcabouço teórico, reunindo artigos em obras nacionais de qualidade. São elas, o Instituto de Tecnologia Social, a Fundação Banco do Brasil e a Rede de Tecnologia Social, esta última criada em 2004 com o objetivo de articular esse campo de instituições para em parceria com órgãos do governo, desenvolver atividades propositivas capazes de levar adiante a proposta e sua efetivação prática (COSTA, 2013).

A Tecnologia Social que interessa para efeito deste trabalho é aquela que fortalece o elo com a inovação social, refutando as visões reducionistas do determinismo social e tecnológico e induzindo uma nova e legítima mudança social.

Bignetti (2011, p. 7) reforça esta visão, quando atribui às tecnologias sociais a função de ferramenta para a inovação social.

É importante ressaltar mais uma vez que, se a inovação tecnológica e a inovação social possuem características distintivas, como apresentado, elas não representam dois conjuntos mutuamente excludentes. Ao contrário, é indiscutível que muitas inovações tecnológicas possuem caráter social e que inovações sociais podem lançar mão da tecnologia, particularmente no emprego das chamadas tecnologias apropriadas ou, mais amplamente, das tecnologias sociais.

### **2.2.3 Ciência e Tecnologia no desenvolvimento de Tecnologias Sociais**

Como está a participação do meio científico e tecnológico nacional no processo de inovação e, em particular, na elaboração e no desenvolvimento de tecnologias sociais?

Para chegar a esse cenário, é preciso entender a reconstituição trajetória político-institucional da arena de CT&I no Brasil que pode ser dividida em alguns momentos históricos de acordo com Azevedo (1996, p. 47 -49):

De 1951 a 1964 criaram-se, no âmbito do governo federal, o Conselho Nacional de Pesquisas (CNPq) e a Coordenação de Aperfeiçoamento de Pessoal de Nível Superior (CAPES), caracterizando-se um esforço de formação de pesquisadores e de apoio ao surgimento e consolidação de equipes científicas, por meio da concessão de bolsas de estudos e de auxílios à pesquisa.

Entre 1964 e 1974, surgiram instituições e medidas voltadas a suprir a crescente demanda por tecnologias, incluindo o primeiro balizador para a C&T, o Programa Estratégico de Desenvolvimento (PED). Em 1969, implantaram-se a Financiadora de Estudos e Projetos (FINEP) – que passou por um processo de modernização, tendo reavaliado suas visão, missão e objetivos, concluindo que o papel da C&T não é realizar lucros, mas servir de instrumento para o desenvolvimento do país – e o Fundo Nacional de Desenvolvimento Científico e Tecnológico (FNDCT), vinculado ao orçamento da FINEP.

No terceiro período, de 1974 a 1984, notabilizou-se o planejamento nos setores de pós-graduação e pesquisa, bem como a preocupação com a atividade tecnológica. O CNPq, mantida a sigla, transforma-se em Conselho Nacional de Desenvolvimento Científico e Tecnológico, ligado ao Conselho Científico e Tecnológico (CCT), órgão normativo superior de C&T. O quarto período vai de 1984 a 1990 e mostra como pontos capitais: em 1984, a Lei de Reserva de Mercado para a Informática e em 1985, o desejado aparecimento do Ministério da Ciência e Tecnologia (MCT). Com o MCT, consagra-se a atividade de coordenação, ensaiada pelo CNPq, e eleva-se o status hierárquico da C&T no país.

Apesar do surgimento dessas iniciativas, os efeitos do avanço expansivo, permanente e irreversível da CT&I, traz a discussão de seus limites, visto que convivemos ainda com níveis alarmantes de pobreza no País. “Ou seja, este sistema econômico resultou em um modelo de crescimento econômico, e não de desenvolvimento socioeconômico” (MORAIS, 2017).

No artigo *Dispêndios do Governo Federal em C&T e P&D: esforços e perspectivas recentes*, que faz parte da 48ª edição do *Boletim Radar*, publicado pelo IPEA - Instituto de Pesquisa Econômica Aplicada, em 2017, o governo federal gastou R\$ 37,1 bilhões com ciência e tecnologia (C&T). Isso significa 0,63% do Produto Interno Bruto (PIB). Mas, esse número ainda é baixo se comparado ao de outros países como Coreia do Sul (3%) e Israel (3,5%).

Um dado mais recente divulgado pela FAPESP – Fundação de Amparo à Pesquisa do Estado de São Paulo, informa que esse investimento caiu no primeiro semestre de 2017, limitado a R\$ 3,2 bilhões em 2017 para o Ministério da Ciência, Tecnologia, Inovações e Comunicações (MCTIC), 44% menor do que o que havia sido estabelecido na lei orçamentária – e menos da metade do orçamento empenhado de 2014, que foi de R\$ 7,3 bilhões.



O documento Estratégia nacional de ciência e tecnologia, lançado pelo governo federal em 2016, informa que o país se propunha a investir 2% do PIB em P&D – Pesquisa e Desenvolvimento até 2019. O valor é o mínimo necessário para que o Brasil possa competir com os grandes players mundiais, segundo o ministério, mas com base nas pesquisas citadas acima, esta meta se torna cada vez mais difícil de ser alcançada.

Percebe-se, portanto que se vivem novos tempos, e que é preciso questionar sobre como investir o recurso, ou seja, por que e para quem?

De acordo com Cavalcanti e Neto (2011), para se investir em tecnologias sociais é preciso rever o critério de avaliação de produtividade da política científica e tecnológica:

A política científica e tecnológica nacional parece inibir tal iniciativa. O critério de avaliação de produtividade que essa política utiliza valoriza exclusivamente a produção bibliográfica em veículos acadêmicos reconhecidos pela comunidade científica e não reconhece qualquer outro tipo de produção ou atividade, inclusive as Tecnologias Sociais. A criação de um produto ou processo inovador que se transforme em uma patente ou em uma Tecnologia Social não é utilizada como indicador na atual política de avaliação da produção científica e tecnológica adotada pelas agências de fomento da atividade científica em nosso país.

Essa política de avaliação é contraditória se comparada com o inciso II do Artigo 218 da Constituição brasileira de 1988 que menciona: “A pesquisa tecnológica voltar-se-á preponderantemente para a solução dos problemas brasileiros e para o desenvolvimento do sistema produtivo nacional e regional”.

Tal discussão reflete que não se trata de avaliar apenas os possíveis impactos que fatalmente a ciência e a tecnologia causam e causarão na vida de todos nós, mas sim, e principalmente, descobrir o irreversível a que tais usos nos conduzirão. Como um importante começo desta mudança fica a pergunta presente: é mais importante estar de acordo com os parâmetros internacionais em termos de pesquisa de ponta, ou é mais importante nos recolhermos a um contexto que ainda clama por soluções?

### 3 METODOLOGIA

Neste capítulo são abordados métodos utilizados para a pesquisa sobre o estudo em questão, “procedimento racional e sistemático que tem como objetivo proporcionar respostas aos problemas que são propostos” (GIL, 2007, p. 17).

#### 3.1 Tipo de Estudo

O presente estudo se caracteriza como pesquisa básica (também chamada de pesquisa pura), pois consiste na “busca de conhecimentos básicos que servem de apoio para formulação de hipóteses de acordo com o problema de pesquisa, portanto, sendo ela diretamente responsável pelo desenvolvimento científico e por consequência influenciando nas pesquisas aplicadas através da aplicação de seus conhecimentos” (SONODA, 2008).

De acordo com Jung (2004) a pesquisa básica é de fundamental importância para a obtenção de novos conhecimentos, isso a caracteriza como “condutor dos processos de inovação tecnológica, sendo necessário assumir que o conhecimento científico é importante para a futura utilização pela sociedade” (GARCIA, 2011).

A pesquisa se denomina também como qualitativa, pois segundo Casarin e Casarin (2011) envolve a descrição de certo fenômeno, caracterizando sua ocorrência e relacionando-o com outros fatores, e que “não se preocupa com representatividade numérica, mas, sim, com o aprofundamento da compreensão de um grupo social, de uma organização, etc” (GOLDENBERG, 1997, p. 34).

Silva e Menezes (2001, p. 20) complementam que a pesquisa qualitativa consiste em:

[...] uma relação dinâmica entre o mundo real e o sujeito, isto é, um vínculo indissociável entre o mundo objetivo e a subjetividade do sujeito que não pode ser traduzido em números. A interpretação dos fenômenos e a atribuição de significados são básicas e os pesquisadores tendem a analisar seus dados indutivamente.

Quanto aos objetivos este estudo se classifica como descritivo e exploratório, por apresentar os efeitos da Tecnologia Social Portal Transparência, evidenciando o fortalecimento cultural e político dessas instituições. Vergara (1998) reforça esta visão ao afirmar que a pesquisa descritiva busca esclarecer quais fatores colaboraram para a ocorrência de um fenômeno. Ela objetiva tornar algo compreensível, justificando-lhe os motivos. Já a pesquisa exploratória “é realizada em área na qual há pouco conhecimento acumulado e

sistematizado por sua natureza de sondagem, não comporta hipóteses que, todavia, poderão surgir durante ou ao final da pesquisa” (VERGARA, 1998, p. 45).

Faz-se necessário para tanto uma pesquisa de campo, orientada pelo método estudo de caso, “uma vez que está entre seus propósitos descrever o contexto no qual a investigação está sendo realizada e explorar situações da vida real” (GIL, 2007), bem como, “quando envolve o estudo profundo e exaustivo de um ou poucos objetos de maneira que se permita o seu amplo e detalhado conhecimento” (SILVA e MENEZES, 2001, p.22).

Como qualquer pesquisa, o estudo de caso é geralmente organizado em torno de um pequeno número de questões que se referem ao como e ao porquê da investigação. É provável que questões como essas estimulem também o uso de experimentos e pesquisas históricas. (VENTURA, 2007, p. 385).

### **3.2 Método de Coleta de Dados**

Com relação ao método de coleta de dados, Gil (2007) afirma que esta pode ser feita mediante diversos procedimentos como observação, a análise de documentos, a entrevista e a história de vida. No estudo, serão utilizadas a pesquisa bibliográfica, pesquisa documental, entrevista semiestruturada, observação direta e análise dos dados.

Em relação aos procedimentos técnicos adotados, a pesquisa se classifica como bibliográfica e documental, devido à utilização de material já elaborado, bem como a utilização de leis, normas, decretos, resoluções, para a obtenção de conceitos e conhecimento da área pesquisada.

De acordo com Marconi e Lakatos (2001), pesquisa bibliográfica trata-se do levantamento de toda a bibliografia já publicada, em forma de livros, revistas, publicações avulsas e impressa escrita. Sua finalidade é colocar o pesquisador em contato direto com tudo aquilo que foi escrito sobre determinado assunto. Gil (2007) trata como vantagem, pois se torna importante quando o problema de pesquisa exige dados muito dispersos.

A pesquisa documental assemelha-se à pesquisa bibliográfica, diferenciando-se apenas na natureza das fontes (SOUZA; FIALHO e OTANI, 2007, p. 41).

Gil (2007, p. 30) corrobora essa visão:

A pesquisa documental é utilizada em praticamente todas as ciências sociais e constitui um dos delineamentos mais importantes no campo da história e da Economia. Como delineamento, apresenta muitos pontos de semelhança com a pesquisa bibliográfica, posto que nas duas modalidades utilizam-se dados já existentes. A principal diferença está na natureza das fontes. A pesquisa bibliográfica fundamenta-se em material elaborado por autores com o propósito

específico de ser lido por públicos específicos. Já a pesquisa documental vale-se de toda sorte de documentos, elaborados com finalidades diversas.

Foram consultados documentos internos da instituição como Formulário de Inscrição e Fichas de Cadastro dos projetos escritos referente ao Portal Transparência, a fim de identificar a justificativa e contextualização do cenário proposto.

Também são incorporadas fotografias para observação de atores do campo da sociedade civil nos eventos, e testemunho destes autores em uma fonte segura. Utilizou-se a metodologia de Manini (2002) para analisar os dados informacionais da imagem:

QUADRO 2 – METODOLOGIA DE ANÁLISE DE IMAGENS

QUEM	Identificação do ‘objeto focado’: atores do campo da sociedade civil.
ONDE	Localização da imagem no espaço: espaço geográfico ou espaço da imagem (p. ex.:Evento Tecnologia para o Bem)
QUANDO	Localização da imagem no tempo: tempo cronológico ou momento da imagem (p. ex.: 08 de junho de 2016).
COMO/O QUE	Descrição de atitudes ou detalhes relacionados ao ‘objeto focado’ quando este é um ser vivo (p. ex.: o registro de uma dinâmica, ou apresentação cultural no evento)

FONTE: MANINI, 2002, p. 106.

Examinaram-se vídeos sobre o Portal Transparência produzidos pelo ICOM, ressaltando a relevância da tecnologia social via depoimentos de gestores de OSCs que fazem parte da plataforma.

E demais documentos internos como: Atas de registros das reuniões com a empresa de suporte da plataforma; ata de instituição do ICOM; planilhas de indicadores, com dados sobre quantidade, status de cada organização (atualizada ou não); Trabalho de Conclusão de Curso sobre o ICOM e seus programas; e Caderno de Notas. Materiais de grande relevância para compreender os processos implícitos de mobilização e articulação do ICOM com a comunidade. A leitura dos documentos citados “expressa a cultura, ideias, valores e objetivos das instituições e pessoas. Por isso, é uma fonte de fundamental importância quando se deseja investigar o contexto específico no qual se desdobra o fenômeno” (LUDKE e ANDRÉ, 1986)

A coleta de dados foi realizada por meio de entrevistas semiestruturada, “que se desenrola a partir de um esquema básico, porém não aplicado rigidamente, permitindo que o entrevistador faça as necessárias adaptações” (Lüdke e André, 1986, p.34).

Foram entrevistadas 06 (seis) pessoas que possuíam, de alguma maneira, envolvimento na co-criação, no desenvolvimento, e/ou na promoção da tecnologia social Portal Transparência, descritas a seguir:

-Entrevista 1. \*Diretor Tesoureiro da organização da sociedade civil Creche João XXIII com o objetivo de verificar as motivações que levam a atualizar desde 2015 os dados da instituição, na tecnologia social Portal Transparência.

-Entrevista 2. Assessora Técnica da Comissão de Assessoramento de Responsabilidade Social da Assembleia Legislativa de Santa Catarina – ALESC, com o objetivo de verificar as motivações que levaram a aceitar o relatório socioambiental gerado pela tecnologia social Portal Transparência, como requisito para inscrição no “Certificado de Responsabilidade Social e Troféu Destaque-SC”.

-Entrevista 3. Conselheira Deliberativa do ICOM e professora de Administração Pública da Universidade do Estado de Santa Catarina – UDESC, com o objetivo de verificar seu papel na co-criação do portal transparência e motivações na utilização da tecnologia social no curso de extensão presencial “Gestão da Transparência em ONGs” em 2011;

-Entrevista 4. Fundadora e Conselheira Deliberativa do ICOM e Coordenadora Curso de Serviço Social e Gerente Capacitação, Pesquisa e Projeto da Unisul, com o objetivo de verificar as motivações na utilização da tecnologia social Portal Transparência no Curso de Extensão “Unisul Virtual: Transparência, Governança, Gestão e Parcerias em ONGs” em 2013.

-Entrevista 5. Coordenadora de Programas do ICOM, com formação em Serviço Social, a fim de verificar seu papel e expectativas na co-criação da tecnologia social Portal Transparência;

-Entrevista 6. Diretora da organização da sociedade civil Associação dos Pais e Amigos dos Autistas AMA de Campos Novos - SC com o objetivo de verificar as motivações que levam a atualizar desde 2013 os dados da instituição, na tecnologia social Portal Transparência.

---

\* Para resguardar os dados dos respondentes, os seus nomes foram substituídos por a letra “E”, seguida por um número ordenado.

A entrevista semiestruturada foi realizada pessoalmente com os entrevistados 3, 4 e 5, feito por meio de um roteiro de perguntas previamente estabelecidos - Apêndice I – não tendo sido limitadas a ele, permitindo assim que outras perguntas pudessem ser geradas durante a conversa. O questionário aplicado com os entrevistados 1, 2 e 6 foi enviado via e-mail.

A observação é uma técnica de coleta de dados que consiste na “observação e registro, de forma direta, sobre o fenômeno ou fato estudado. É uma das mais antigas técnicas utilizadas pelas ciências; sendo utilizada tanto pelas Ciências Naturais como pelas Ciências Sociais” (RODRIGUES, 2006, p. 92). “Ela coloca o pesquisador dentro do cenário de forma que ele possa compreender a complexidade dos ambientes psicossociais, ao mesmo tempo em que lhe permite uma interlocução mais competente” (ZANELLI, 2002, p.83).

Com base na participação de observadora em eventos registrados como:

Reuniões mensais com a empresa de suporte do Portal Transparência entre os anos de 2016 e 2017, com a finalidade de definir as metas e cronogramas das alterações na plataforma, isso inclui, novo layout, revisão e criação de novas funcionalidades, mudanças nas informações do relatório de atividades anual, e novos indicadores para que o portal seja um grande gerador de estatísticas e resultados das organizações em âmbito nacional. As reuniões, geralmente, eram compostas por dois membros do Programa Portal Transparência e dois membros da empresa de suporte.

No evento gratuito, que ocorre anualmente, chamado “Seminário Conhecer para Fortalecer”, entre os anos de 2016 e 2017, promovidos pelo CRC SC- Conselho Regional de Contabilidade de Santa Catarina e ICOM - Instituto Comunitário da Grande Florianópolis no auditório do CRC-SC. A intenção do evento é aproximar os agentes envolvidos com as Organizações da Sociedade Civil (OSCs) para estimular o debate e o compartilhamento de experiências e ideias sobre Transparência e o Marco Regulatório no Terceiro Setor. Participam gestores de OSCs, membros da OAB Cidadã, Advogados e Contadores especialistas do campo da sociedade civil. O ICOM, por ser correalizador do evento, apresenta alguns painéis que debatem questões gerais sobre governança e transparência do terceiro setor e estímulo ao fortalecimento das OSCs, trazendo sempre em pauta o Portal Transparência como instrumento de gestão, comunicação e prestação de contas.

No Seminário “Tecnologia para o Bem”, em 2016, no Centro de Convenções de Florianópolis, organizado pela ATN – Associação Telecentro de Informação e Negócios, ICOM – Instituto Comunitário Grande Florianópolis, SGB - Social Good Brasil e Microsoft, para organizações da sociedade civil de Santa Catarina interessadas em tendências e soluções

em tecnologia para melhorar sua produtividade e desempenho. O evento que reuniu 67 OSCs e 109 pessoas, destacando a participação de representantes governamentais como o Sr. Diego Calegari, Diretor de Tecnologias da Secretaria de Estado de Educação de Santa Catarina e o Sr. Breno Salomon Reis, da Secretaria Estadual de Educação – Gerência de Tecnologias Educacionais e Inovação, além da Sra. Katia Gianone, Diretora de Cidadania Corporativa da Microsoft e o Sr. José Avando Souza Sales, Diretor Geral da ATN, foi propício para a divulgação da nova “cara” do Portal Transparência, mais atraente e informativo, conferindo ainda mais visibilidade e credibilidade as OSCs.

No evento “Certificação em Responsabilidade Social e Troféu Destaque”, entre os anos de 2015 a 2017, promovida pela Assembleia Legislativa de Santa Catarina (ALESC) em conjunto com outras 12 instituições, a fim de reconhecer o mérito de organizações (empresas privadas, públicas e entidades) que demonstrem o comprometimento com o desenvolvimento sustentável. O ICOM por fazer parte da Comissão Avaliadora, realiza eventos de formação e consultorias na publicação dos dados no Portal Transparência para que as Organizações da Sociedade Civil se inscrevam. O Relatório produzido pelo Portal Transparência pode ser utilizado pelas instituições sociais para a inscrição e possível obtenção do troféu destaque. Em 2017 mais de 150 organizações, entre empresas e entidades se inscreveram.

Nas palestras em universidades- UDESC , UNISUL e UFSC – entre os anos de 2016 a 2018, com o intuito de disseminar a missão do ICOM e seus programas de Fortalecimento de OSCs, para alunos dos cursos de Administração Empresarial, Administração Pública, Serviço Social e projetos de extensão.

E em eventos de formação e capacitação de gestores de Organizações da Sociedade Civil, promovidos pelo ICOM nos anos de 2016 e 2017. Que somam 7 mais 400 horas de formação, e mais de 500 iniciativas sociais atendidas. Contextualizando os motivos pelo qual a plataforma Portal Transparência é discutida nessas arenas.

A seguir um quadro resumo explicativo sobre a coleta de dados:

QUADRO 3 – OBJETIVOS ESPECÍFICOS X COLETA DE DADOS

Objetivos Específicos	Coleta de Dados
<b>a)</b> Compreender o conceito de Organização da Sociedade Civil, desde a sua formação no contexto brasileiro a sua contribuição à criação de metodologias e	-Pesquisa Bibliográfica.

tecnologias sociais;	
<b>b)</b> Analisar o marco analítico-conceitual de Tecnologia Social até sua participação nas políticas de ciência e tecnologia;	- Pesquisa Bibliográfica.
<b>c)</b> Identificar e caracterizar a diversidade de fatores que estão implicados na construção e no desenvolvimento da Tecnologia Social Portal Transparência, e seus efeitos na realidade brasileira.	-Pesquisa Bibliográfica; - Análise Documental; -Entrevista semiestruturada; - Observação direta; -Estudo de caso.
QUADRO 3 – OBJETIVOS ESPECÍFICOS X COLETA DE DADOS	

Fonte: O autor (2018)



## **4 APRESENTAÇÃO E ANÁLISE DOS DADOS**

### **4.1 O ICOM – Instituto Comunitário Grande Florianópolis**

O ICOM – Instituto Comunitário Grande Florianópolis é uma organização sem fins lucrativos, de interesse público, que apoia “empresas e indivíduos para que possam fazer investimentos e doações com alto impacto social. Ao mesmo tempo, auxilia organizações da sociedade civil a terem uma gestão mais eficiente e a servirem como canais de participação dos cidadãos para melhorar a qualidade de vida na Grande Florianópolis e em Santa Catarina” (ICOM, 2015).

Inspirado no modelo de fundações comunitárias existente em 46 países, o ICOM visa articular e qualificar o investimento social de pessoas físicas e jurídicas da Grande Florianópolis (PEREIRA, 2009, p. 42).

As fundações comunitárias reúnem pessoas que se importam com suas comunidades. Elas são organizações independentes, voluntárias e beneficentes cuja meta é fortalecer suas comunidades, facilitando a filantropia através de parcerias com os doadores a fim de construir fundos permanentes e outros tipos de fundos para sustentar projetos comunitários, assumindo a liderança de questões de interesse comunitário mais amplo. (HÉRNANDEZ ABREU, 2007, p. 12-13).

A missão do ICOM é “Promover o desenvolvimento comunitário por meio da mobilização, articulação e apoio a investidores e organizações sociais” (ICOM, 2016).

Para tanto, a organização tem como eixos de atuação:

- a) Produção e disseminação de conhecimento sobre a comunidade: ou seja, a organização irá produzir e/ou disseminar conhecimento e informações sobre necessidades sociais da comunidade onde atua e sobre a rede social existente para atender estas necessidades. Também buscará disseminar conceitos e práticas utilizadas no terceiro setor, em âmbito nacional e internacional, fornecendo referência atualizadas para a rede social local;
- b) Apoio Técnico e Financeiro a ONGS que desenvolvem ações na comunidade: O ICOM tem como objetivos fortalecer as ações das organizações que já atuam na comunidade provendo apoio técnico e financeiro para qualificá-las. Todos os recursos mobilizados pelo ICOM deverão beneficiar direta ou indiretamente ONGs locais;

- c) Investimento Social na Comunidade: o instituto buscará oferecer oportunidades de formação e capacitação para pessoas e organizações interessadas em investir na área social e para gestores de projetos sociais; para isso mobilizará sua rede nacional e internacional de profissionais e organizações do terceiro setor,

Sendo assim, a entidade está pautada nos seguintes princípios e valores:

Articulação: Como parte de sua identidade como uma fundação comunitária o ICOM articulará recursos técnicos e financeiros de uma ampla gama de atores sociais, preservando sua autonomia em relação à investidores e beneficiários.

Colaboração e parcerias: O ICOM buscará sempre trabalhar com outras organizações e indivíduos que compartilhem de sua missão a fim de agregar valor ao seu trabalho. As parcerias deverão ser de benefício mútuo e gerar o fortalecimento da rede social local.

Transparência: O ICOM deverá operar com transparência no relacionamento com todos os seus públicos. Isto implica compromisso com prestação de contas e demonstração de resultados e a implantação de mecanismos de auditoria interna e externa.

Inovação: O ICOM nasceu com a missão de agregar valor à comunidade, por meio de novas práticas ou de relacionamentos com novos atores sociais. Em cada ação desenvolvida pelo ICOM deverá ser possível identificar o componente da inovação na comunidade local.

Qualidade: Todas as ações desenvolvidas pelo ICOM deverão ter alta qualidade técnica seja em seu embasamento teórico quanto execução prática. A fim de manter um nível alto de qualidade o ICOM deverá contratar pessoas com qualificação e credenciais diferenciadas. A busca pela qualidade implica na criação de mecanismos de monitoramento sistemático e avaliação das atividades gerenciais e técnicas desenvolvidas.

Ética: Todas as pessoas que participam do ICOM como Conselheiros, Diretores, funcionários/as, voluntários/as e estagiários/as, permanentes ou temporários, devem se comprometer a conduzir suas atribuições e responsabilidades com elevados padrões profissionais, pautando-se pelos princípios de: honestidade, dignidade, imparcialidade, e sigilo, contribuindo para a credibilidade e sustentabilidade da organização. (ICOM, 2016).

Desde 2005 o ICOM realiza o mapeamento das OSCs da região, identificando suas necessidades e competências, fomentando parcerias e qualificando o investimento social na região. Nesses doze anos o “ICOM já apoiou mais de 800 organizações da sociedade civil com suporte técnico e financeiro, investindo mais de R\$ 7 milhões em outras organizações e

programas próprios” (ICOM, 2017), sempre com o objetivo de melhorar a qualidade de vida, reduzir as iniquidades sociais e ampliar as relações de confiança entre pessoas e instituições.

#### **4.1.1 Histórico**

De acordo com Documentos Internos da organização, O ICOM surgiu a partir da reunião de um grupo de pessoas inspiradas pelo contato de uma delas com o movimento das fundações comunitárias em diversos países, como fruto da participação em um programa do Instituto Synergos. Entre os fundadores do ICOM estão profissionais liberais, empresários, professores universitários, técnicos e lideranças do terceiro setor e profissionais com experiência de trabalho no setor público, que observavam na região da Grande Florianópolis a inexistência de uma organização cuja missão fosse articular os diversos atores locais para criar sinergia entre as potencialidades que eram percebidas no território.

Durante quase um ano antes da fundação do ICOM, “eram discutidas demandas locais e estratégias de ação, percebendo no conceito de fundação comunitária as características necessárias para facilitar a articulação que se considerava necessária para fortalecer a rede social local” (ICOM, 2012). Contribuíram nesse período uma série de visitas e apoio de outros profissionais de fundações comunitárias na região, que estimulou as discussões sobre a aplicação do conceito de fundação comunitária no contexto local e a planejar a formação de um conselho deliberativo que refletisse a diversidade de atores presentes no território – uma das características essenciais das fundações comunitárias – e pudesse contribuir para o estabelecimento da organização na comunidade.

De acordo com a Ata de Instituição (2005), em 25 de novembro de 2005, com a presença de 16 associados, foi realizada a Assembleia Geral instituindo o ICOM para atuação no núcleo da região metropolitana da Grande Florianópolis. Desde sua fundação o ICOM conta com, além de seu Conselho Deliberativo, um Conselho Fiscal com três membros e uma Diretoria composta por quatro a cinco pessoas voluntárias que acompanham o dia-a-dia das atividades da organização, comandadas por uma equipe executiva que procura manter-se com poucas pessoas, mas de qualificação profissional diferenciada.

Como observado anteriormente, no cerne da primeira visão dos fundadores e do Conselho Deliberativo estava o desejo de constituir uma organização capaz de articular e criar sinergia entre o trabalho de organizações e pessoas que atuavam na área social na Grande Florianópolis, e ser uma organização inovadora de base local, participante de um movimento

global de fundações comunitárias (ICOM, 2006). Para tal, a missão do ICOM foi estabelecida como “mobilizar, articular e qualificar investimentos sociais de diversos setores da sociedade para a promoção do desenvolvimento social em Florianópolis”, e suas linhas de ação foram definidas como a) Produção e disseminação de conhecimento sobre a comunidade; b) Apoio técnico e financeiro a ONGs que desenvolvem ações na comunidade; c) Capacitação e promoção de parcerias para investidores e realizadores de projetos sociais (ICOM, 2006).

#### **4.1.2 Eixo de Apoio Técnico e Financeiro às ONGs**

O resultado do primeiro diagnóstico do território de atuação em 2006, chamado “Mapeamento das ONGs de Florianópolis” verificou uma grande fragilidade dessas instituições, que coloca em risco os serviços que oferecem. Algumas dessas fragilidades encontradas no documento interno Fundo Comunitário para Fortalecimento das Organizações Sociais (2012) são:

- O orçamento anual das instituições está entre R\$ 30 mil e R\$ 40 mil reais (entre R\$2,5 e R\$3,5 mil por mês para todas as despesas administrativas e relacionadas a projetos);
- Conseguir manter profissionais que possam garantir continuidade e qualidade dos serviços à população;
- Depender de voluntários para questões essenciais colocando em risco serviços essenciais que ficam a mercê de sua disponibilidade;
- Dificuldade de prestar contas dos valores que mobilizam e do trabalho que fazem para a sociedade como um todo.

A preocupação do ICOM em, inicialmente conhecer, e posteriormente oferecer oportunidades para o fortalecimento das OSCs levou a organização a trilhar os caminhos do desenvolvimento institucional, “deparando-se com processos de reflexão que a levaram a repensar a si mesma tanto quanto a estimular esse mesmo movimento nas demais OSCs da Grande Florianópolis” (ICOM, 2011).

O Projeto Fortalecer, desenvolvido entre os anos de 2007 e 2008, foi a primeira ação de apoio técnico do ICOM que teve como objetivo “fortalecer a base institucional das ONGs que atuam nos municípios da Grande Florianópolis, a fim de fomentar a construção de redes e aumentar o impacto positivo do seu trabalho no desenvolvimento sustentável do

território”(ICOM, 2007). Essas reflexões serviram de subsídio à construção de um Plano de Desenvolvimento Institucional, ampliando a capacidade de ação das organizações nas comunidades. “Participaram do programa 32 organizações representadas por mais de 60 gestores, sendo que 29 organizações apresentaram, ao final do processo, seus planos de desenvolvimento institucional” (ICOM, 2011).

Ao mesmo tempo em que se empenhava na questão do fortalecimento das organizações da sociedade civil por meio da formação de gestores, o ICOM, a partir de 2007, formou seus primeiros fundos de investimento social, mobilizando investidores locais e fomentando a doação individualmente, ou a doação por meio de fundos comunitários, formados por vários investidores em torno de uma causa específica, a exemplo:

Fundo Comunitário para Empreendedorismo Social Jovem em 2007/2008, apoiando 8 OSCs que trabalham com a juventude e beneficiou mais de 300 jovens, e do Fundo Comunitário para Reconstrução de Santa Catarina em 2009/2010, que proporcionou à diversas prefeituras do Estado o suporte para elaboração de planos de contingência para cuidado da criança e do adolescente em situação de emergência, apoiou a reconstrução de OSCs para reativar seu atendimento e reconstruiu casas de famílias em situação de alta vulnerabilidade social. (ICOM, 2011).

Do diálogo com essas instituições no Projeto Fortalecer (2007-2008), surgiram propostas como a tecnologia social [www.portaltransparencia.org.br](http://www.portaltransparencia.org.br) (uma ferramenta de desenvolvimento institucional e comunicação para OSCs) e diversas ações coletivas que fortalecem o papel das organizações sociais em nossa comunidade.

Nenhuma organização pode afirmar ter comunicação social efetiva se não permite à sociedade ter acesso às informações relevantes de seu próprio desenvolvimento. Assim, a transparência é aqui entendida como sendo muito mais do que uma prestação de contas. “Ela tem uma relação direta com a questão da legitimidade das ONGs na comunidade e fora dela, além de ser um importante elemento de melhoria de eficiência da gestão e do próprio desempenho em termos de impacto (efetividade)” (ICOM, 2008).

#### **4.1.2.1 Portal Transparência**

Considerando que a transparência e a prestação de contas assumem diferentes significados no campo das OSCs, a depender da perspectiva em que se adota e do contexto do qual se desenvolvem. A proposta da tecnologia social Portal Transparência é “oferecer condições para que as OSCs assumam uma postura mais transparente frente a seus diversos

públicos, reforçando a prática de prestação de contas, enquanto um instrumento de fortalecimento institucional” (ICOM, 2008).

O Portal Transparência ([www.portaltransparencia.org.br](http://www.portaltransparencia.org.br)) é então entendido como uma ferramenta aberta, online, e gratuita de busca de informações sobre OSCs, com dados fornecidos anualmente por elas mesmas e organizados nas dimensões: Identidade, Gestão, Resultados e Parcerias (PORTAL TRANSPARÊNCIA, 2018).

Desse modo, o Portal Transparência pretende ser um instrumento para:

- Ampliar o reconhecimento das OSCs e do setor social, rompendo estigmas e melhorando o entendimento sobre o papel dessas organizações no espaço público;
- Promover e sistematizar informações relevantes sobre as OSCs e sobre o setor, contribuindo para o desenvolvimento institucional destas organizações.
- Contribuir para ampliar a mobilização de recursos e o voluntariado junto às OSCs;
- Melhorar a comunicação das OSCs com os seus diferentes públicos.

De acordo com documentos internos, a construção do [www.portaltransparencia.org.br](http://www.portaltransparencia.org.br) foi um desafio coletivo de 03 anos com apoio financeiro do Instituto C&A, por meio de seu Programa Desenvolvimento Institucional e apoio técnico de 30 instituições, locais e nacionais.

Nesse período a principal iniciativa envolvendo a criação da plataforma, veio de uma demanda das instituições que participaram do Projeto Fortalecer, preocupadas em posicionar-se diante do contexto de desconfiança sobre as organizações da sociedade civil que se instalava regional e nacionalmente, em decorrência de constantes denúncias de corrupção envolvendo associações sem fins lucrativos.

Essa comunidade de aprendizado, em diálogo constante com a sociedade, elaborou um conjunto de indicadores, que de acordo com ICOM (2011):

As organizações participantes pesquisaram e selecionaram indicadores que comporiam o banco de dados do portal, com informações das instituições para a comunidade. O processo mexeu com todas as 30 organizações que, internamente, verificavam indicadores das principais ferramentas de prestação de contas disponíveis (IBASE, Ethos, GRI, por exemplo), buscando reconhecer quais tinham mais relevância e seriam mais práticos de se coletar e monitorar.

Esse movimento está em sintonia com:

Lei de responsabilidade fiscal, as obrigações de prestação de contas dos órgãos de administração pública e de outras instituições por ele contratadas/conveniadas para a sociedade e as demandas por controle social da implementação de políticas públicas, onde um dos expoentes é a criação dos observatórios em todo o Brasil. (ICOM – FORMULÁRIO DE INSCRIÇÃO CATEGORIA TECNOLOGIA SOCIAL PRÊMIO FINEP, 2013).

De acordo com Panceri (2011, p. 38), as organizações que podem fazer parte do Portal Transparência são: associações, fundações ou cooperativas sociais, que atuam em prol do interesse público. Atraindo interessados em saber mais sobre a gestão e as formas de se relacionar com as OSCs, instituições e indivíduos com o intuito de apoiar OSCs e incentivar projetos inovadores.

Através do mecanismo de busca no Portal, pode-se ter acesso a informações sistematizadas, de maneira gratuita, filtrando a busca de acordo com o interesse: por município, área de atuação, público atendido, entre outros. Também é possível identificar quais dos 17 Objetivos de Desenvolvimento Sustentável (ODS) da ONU a organização contribui para alcançar. Dessa forma, o interessado saberá, além de impactar a comunidade local, a OSC está contribuindo para ações mundiais.

As informações são organizadas de forma a responder quatro perguntas:

**Quem somos? (causa, histórico e missão);**

Nesta dimensão as organizações informam “quem são elas e quais os principais desafios? Para que existem? Quem beneficia? O que procuram transformar e de que forma fazem isso?” (ICOM, 2007).

**O que fazemos? (projetos, serviços e resultados);**

Nesta dimensão as organizações informam “aspectos da estratégia de sua atuação, informando seus projetos, serviços, realizando também avaliações de impacto, considerando dimensões quantitativas e qualitativas” (ICOM, 2016).

**Como fazemos? (gestão);**

Nesta dimensão as organizações informam “Quais instrumentos de gestão podem auxiliá-las a potencializar suas forças e equacionar seus problemas?” (ICOM, 2007).

**Com quem fazemos? (parcerias);**

Nessa dimensão as organizações informam “quais as formas de relação da organização com as demais? Como se comunicam? Como construir formas de parcerias, alianças e redes que possam reforçar seu trabalho e contribuir para a consolidação do Terceiro Setor?” (ICOM, 2007).

Como dito anteriormente, este conjunto de indicadores faz a organização repensar sua estrutura e atuação enquanto respondem ao questionário. Ele faz com que elas voltem a seus estatutos, levantem seus resultados e mobilizem vários setores internos, como diretoria e coordenadores de projetos. Para que isso ocorra de maneira sistemática, a organização atualiza seus dados, indicando o compromisso com a transparência anualmente, sendo assim,

elas são reconhecidas e recebem o selo Compromisso com a Transparência do ano proposto. “Um certificado concedido às organizações participantes do [www.portaltransparencia.org.br](http://www.portaltransparencia.org.br) que demonstrem compromisso em atualizar seus dados” (PORTAL TRANSPARÊNCIA, 2018).

Conforme disponível no site, o selo pode ser inserido em todos os materiais institucionais da OSC, online e off-line, como uma forma de demonstrar a seriedade do trabalho no campo da sociedade civil.

Além do selo, o portal quando completamente preenchido pela organização gera um “relatório de sustentabilidade público, de fácil leitura, que pode ser utilizado como apoio no diálogo com potenciais investidores sociais, auxiliando a mobilização de recursos da organização”(ICOM, 2018). E de acordo com a plataforma, direciona sua rede de contatos diretamente sua página dentro do Portal Transparência, usando a URL da organização.

O Portal tem grande exposição localmente, e ao longo desses 09 anos de acordo com o Relatório Anual do ICOM (2017), já beneficiou cerca de 440 organizações de todo o Brasil que administram suas informações no banco de dados da plataforma, sendo que cerca de 98 possuem seus dados publicados por completo, produzindo anualmente seus relatórios anuais pelo sistema. Ademais, já obteve diversos prêmios e reconhecimentos, segundo site:

- Foi apresentado em 2010, como uma das experiências de referência para a promoção da transparência com uso da tecnologia na Community Foundation of Canada Annual Conference, em Vancouver;
- Foi uma das 51 experiências selecionadas entre 1.638 práticas inscritas no 4º Prêmio Objetivos de Desenvolvimento do Milênio (ODM). Foram 1.638 práticas inscrita no prêmio, e foram avaliadas seguindo critérios como contribuição para os alcance dos ODM, caráter inovador, possibilidade de torna-se referência para outras ações similares e participação da comunidade.
- 2º Lugar na categoria Tecnologia Social do Prêmio Finep 2013, o mais importante instrumento de estímulo e reconhecimento à inovação no País. Escolhido entre mais de 550 experiências avaliadas.
- Certificado ODM 2014.

Toda essa metodologia de desenvolvimento institucional que se orienta no Portal Transparência tornou-se possível por causa de uma rede de parceiros e organizações que fazem da plataforma um canal de transformação social. De acordo com levantamento de documentos internos do ICOM, são eles:



- Universidade do Sul de Santa Catarina (UNISUL)– Dá apoio institucional e promoveu em parceria com o ICOM entre os anos de 2011 a 2013, um curso de extensão universitária, a distância, que prepara gestores de OSCs para que possam conduzir os processos de reflexão em suas organizações, levando-as a inserção dos dados e a participação no [www.portaltransparencia.org.br](http://www.portaltransparencia.org.br);
- Universidade do Estado de Santa Catarina (UDESC) – Por meio do Centro de Ciências da Administração e Socioeconômicas (ESAG) dá apoio institucional, e promoveu em parceria com o ICOM em 2011, um curso de extensão universitária presencial que prepara gestores de OSCs, para que possam conduzir os processos de reflexão em suas organizações, levando-as à inserção dos dados e à participação no [www.portaltransparencia.org.br](http://www.portaltransparencia.org.br);
- Conselho Regional de Contabilidade SC – Dá apoio institucional e facilita a comunicação das organizações com voluntários contabilistas que apoiam a preparação da organização para colocação de informações no [www.portaltransparencia.org.br](http://www.portaltransparencia.org.br);
- Ordem dos Advogados do Brasil SC - Dá apoio institucional e facilita a comunicação das organizações com voluntários advogados que apoiam a preparação da organização para colocação de informações no [www.portaltransparencia.org.br](http://www.portaltransparencia.org.br);
- Assembleia Legislativa de Santa Catarina – Por meio da parceria com o ICOM, o relatório de atividades anual, que é público gerado pelo Portal Transparência, ao final do preenchimento dos dados, pode ser utilizado pelas OSCs para inscrição na Certificação de Responsabilidade Social promovida pela Assembleia Legislativa, incentivando a organização para colocação de informações no [www.portaltransparencia.org.br](http://www.portaltransparencia.org.br);

#### **4.1.2.1.1 O desenvolvimento e efeitos da Tecnologia Social Portal Transparência, enquanto instrumento de ação política.**

O processo colaborativo de 30 instituições na criação do Portal Transparência e no desenvolvimento com demais atores como o poder público, órgãos de pesquisa, mídia e setor privado, trouxe para discussão deste capítulo, o modo próprio do fazer a tecnologia social, adotando métodos participativos em diferentes níveis e formas para a promoção e desenvolvimento do Portal Transparência.

Esse movimento possibilitou refletir acerca dos fatores intrínsecos nas relações de parceria que o ICOM estabelece com o ambiente externo. Não só a parceria, mas explorar, ainda que sinteticamente, seu processo de construção, as características de cada momento desses processos, e os cuidados importantes a cada um deles.

Na perspectiva de criação da tecnologia social Portal Transparência, de acordo com a instituição, “foi necessário um processo de elaboração participativo, incluindo questões relevantes para todos os *stakeholders* - potenciais doadores, agências públicas e as próprias OSCs” - (ICOM, 2008). No entanto, a expectativa sobre o potencial de transformação e geração de resultado de uma tecnologia social, exige uma compreensão que contextualize o sentido do processo apreendendo elementos informais, sutis, subjetivos e simbólicos. Em outras palavras, que “identifique constatar o DNA das motivações dos atores envolvidos, seus papéis, as premissas que inspiram o trabalho, o mapa geográfico e político” (ARMANI, 2013, p.91) de tal recorte histórico:

E3: Eu já tinha sido consultora do projeto Fortalecer – primeiro projeto de DI-Desenvolvimento Institucional do ICOM -, e após este projeto que surgiu essa demanda de criar algum instrumento que permitisse fazer ver o trabalho das OSCs da Grande Florianópolis, como elas fazem isso e com quem fazem. Desse modo, tínhamos condição de compreender melhor tanto o trabalho dessas organizações, quanto seus resultados. A ideia era criar um banco de dados, que pudesse também servir para acompanhar o setor e não apenas cada OSC individualmente. Coordenei o processo de formação durante um ano com as mesmas organizações participantes do Fortalecer, definindo junto com elas as dimensões que seriam importantes a cada um dos indicadores. Isso foi feito com a ajuda de *experts* que dialogaram conosco por meio de encontros de formação e também envolveram oficinas práticas nas quais discutíamos com os participantes os desafios enfrentados no dia a dia. A cada etapa, íamos validando as informações que seriam coletadas, por exemplo: o que precisamos mostrar do que somos? A partir disso era levantado os indicadores e questionados se tinha como medir ou não. Também fazia a interlocução com os desenvolvedores do site, com vistas a construir o portal digital.

E4:Mostrar o quanto essas organizações têm seriedade e comprometimento no trabalho que elas desenvolviam, evitando essa quebra de cultura, de que OSCs não tem que ter dinheiro, não tem que ter receita, que elas não possam mostrar, de fato, os seus resultados obtidos. Era idealizado que as organizações pudessem colocar o seu melhor dentro do Portal, e portanto, o meu papel era de chamar as organizações, qualifica-las, fazendo testes de inserção e criando evento para mostrar a importância da transparência, enquanto a coordenadora, fazia benchmarking em outros portais, outros países e a gente foi pensando esse processo em simultâneo, porque essa forma de pensar, também se alinha com o processo de desenvolvimento

No que compete à comunicação, “o caminho para o enraizamento do valor político e social da instituição depende de fatores que favoreçam o diálogo com todos os públicos do seu entorno” (ARMANI, 2013, p. 86). Ou seja, observa-se que a ferramenta do portal transparência, além de se basear na participação democrática, traz como dimensões

implicadas em seu ponto de partida, informar como o campo social poderia falar melhor com a sociedade, como Entrevista 5:

A co-criação e motivação do portal surgiu de uma ideia de como que a gente pudesse ser mais transparente perante ao cenário que estávamos vivenciando - CPI (Comissão Parlamentar de Inquérito) das ONGs, as ONGs roubavam dinheiro-. E a gente tinha acabado de sair de uma formação intensa durante 12 meses, sobre conteúdos de gestão, identidade, elaboração de projetos e mobilização de recursos. Estávamos muito engajados só que o projeto estava finalizando, e queríamos continuar uma rede apesar de não saber como. Então, trouxemos a proposta de criar uma plataforma na qual elas pudessem ter esse momento de divulgar quem elas fossem com base nos eixos trabalhados, pra gerar mais visibilidade e transparência, ou seja, usar esse mesmo como ferramenta de dados nossa consolidada, que um site não tem com todos os detalhes. E, que além disso pudesse se conectar com outros portais. Por quê? Já que todo mundo estava falando dessa questão que não doa pra ONG, a gente mostrava então, de onde que a gente recebia recurso e pra quem a gente pagava.

Esses momentos políticos culturais provocam bem-vindos questionamentos e debates advindos da sociedade civil organizada, no caso analisado, com acentuada focalização sobre questões relacionadas à sua legitimidade e, especificamente, aos temas da transparência e da prestação de contas. A transparência, portanto, não é um fim em si mesmo. Trata-se de um meio utilizado para que se conheça melhor o que se passa no interior das organizações.

Nesse mesmo período (2008/2009) outros movimentos acerca do tema aconteceram. Foi lançado o portal do Observatório de Favelas, incluindo o seu novo site, o Observatório Notícias & Análises. Este último trata-se de um centro virtual de notícias e produções, de diferentes perfis, sobre comunidades populares, ações socioculturais nesses espaços e políticas públicas urbanas. O site se propõe como uma fonte de consulta sobre reportagens e depoimentos que desmistifiquem estereótipos predominantes sobre as favelas e os seus moradores. Nesse contexto, fica como reflexão se essas articulações, embora intuitivas e locais, emergem, de fato, em contextos de instabilidade, como a crise de 2008.

Feito o primeiro passo de definir algo que realmente fosse relevante para as OSCs, entra-se na etapa de implantação. Nesse processo de desenvolvimento, foram encontradas duas principais dificuldades, de acordo com documentos internos de prestação de contas para parceiros e investidores (anos de 2008 a 2010). A primeira referiu-se a mobilização de OSCs para fazerem parte da plataforma, uma vez que se tratava de algo novo e que implicava em disponibilizar informações estratégicas, técnicas e financeiras sobre a organização. A segunda diz respeito ao desenvolvimento do mecanismo de comunicação que confira transparência e acesso adequado a diferentes públicos, a plataforma de internet, podendo ser caracterizado no relato da Entrevista 3:

O grande “nó” foi que a parte da programação e construção do portal não acompanhou o nosso raciocínio do que seria o conteúdo. O programador que fez,

não entrou com a inteligência de TI (Tecnologia da Informação). Quando a gente construiu ficou um portal muito estático, um espaço informativo sobre o que faz cada OSC, sem produzir dados exponenciais sobre elas. Eu utilizei, por exemplo, os dados do portal para fazer uma pesquisa sobre mobilização de recursos na Grande Florianópolis em 2012, mas tivemos que trabalhar com os dados um a um para compreender o panorama. O outro ponto é que foi um processo muito rico de construção de conhecimento, mas isso não tá ali no portal publicizado, ninguém sabe, as pessoas entram na plataforma e não sabe que por trás disso tem todo esse processo de co-construção. É uma pena, porque foi um trabalho bastante intensivo e de muita dedicação.

#### E Entrevista 5:

Pensar em quais indicadores pudessem ser comuns a todas as organizações, porque a gente tinha organizações ambientais, organizações que trabalhavam com criança e adolescente, com idoso, casas de acolhimento, ou seja, como criar indicadores universais? A outra questão foi de ter um fornecedor (programador) que entendesse o contexto das organizações, que pudesse ouvi-las, tivesse empatia com a gente, então foi mais uma dificuldade no processo, sendo necessário contratar uma consultora que falasse conosco, organizações da sociedade civil e levasse a nossa informação para os desenvolvedores da plataforma.

Esses entraves colocam, no âmbito das inúmeras reflexões, pontos sobre a possível falta de adequação sociotécnica do caso estudado, ou seja, a exigência de uma expertise de tradução que transformasse os anseios das OSCs em algo útil e dinâmico para a plataforma online. Observa-se que, apesar disso, o processo de testes e avanços foi baseado na perspectiva de construção coletiva através da práxis.

A outra estratégia adotada pelo ICOM para o desenvolvimento da tecnologia social foi realizar em parceria com a Universidade do Estado de Santa Catarina – UDESC e Universidade do Sul de Santa Catarina – UNISUL cursos de extensão presencial e online, propiciando aos gestores participantes o conhecimento e a vivência de princípios, práticas e instrumentos para aprimoramento da transparência de OSCs. “Os cursos estimularam a articulação e a formação de redes de cooperação, como o apoio mútuo no desenvolvimento de programas e reuniões entre organizações que oferecem serviços similares para discussão de questões comuns” (ICOM, 2011, p. 3). Tal fato é exposto na Entrevista 4:

Foi observado que qualificar as organizações só presencialmente, demandava muito tempo, e a atuação do ICOM era apenas na Grande Florianópolis. Só que o próprio portal começou a ter visibilidade nacional, através de eventos, então muitas organizações de fora da Grande Florianópolis, também queriam estar inseridas. A ideia foi ampliar para Santa Catarina e posteriormente para outros estados, através do curso de extensão vinculado a unisul, que já tem uma plataforma virtual pra fazer isso. Foram criados materiais focados na transparência, na importância da gestão da sociedade civil. Além disso, enquanto Extensão, tivemos alunos que fizeram a mediação com as organizações e gestores auxiliando no processo de preenchimento dos formulários, bem como auxiliando no âmbito do planejamento.

De acordo com o Relatório Institucional de Acompanhamento e Avaliação do Projeto Transparência do ICOM (2011), as atividades relacionadas ao curso de extensão da UDESC tiveram início no dia 06 de maio de 2011, com um seminário aberto, proferido por Domingos Armani. Seu encerramento aconteceu no dia 03 de novembro de 2011, com um workshop para os gestores das organizações participantes – acompanhados de membros do conselho das instituições – e um seminário aberto com o tema “Os Desafios e as Oportunidades da Governança nas Organizações da Sociedade Civil (OSCs)”. As características do processo podem ser detalhadas novamente na Entrevista 3:

Justamente a ideia do curso era dar continuidade à mobilização e envolvimento das OSCs com o Portal e com a discussão sobre sua sustentabilidade, mas não dá pra fazer isso sem universidade junto, ela sim tem um papel perene de construção de conhecimento e tem interesse nisso. Então esse projeto aconteceu justamente nesse sentido, de fazer uma nova turma de organizações que não são aquelas do projeto fortalecer, para que elas possam inserir seus dados e consequente ampliar o número de OSCs inseridas na plataforma.

O Relatório Institucional de Acompanhamento e Avaliação do Projeto Transparência do ICOM (2011) relata também as ações em relação ao curso de extensão virtual da UNISUL. Denominado “Transparência, Governança, Gestão e Parcerias em ONGs”. O curso gratuito de 02 créditos acadêmicos e carga horária de 30 h/a tiveram 111 pessoas inscritas e 24 OSCs. Tal processo é detalhado na Entrevista 4:

O projeto foi replicado mais de 05 vezes. O último foi em 2016 e no ano passado (2017) só não foi replicado porque o ICOM não tinha disponibilidade de pessoal para auxiliar. Os alunos participantes reagiram muito bem e outros se surpreenderam com a ferramenta (Portal Transparência). Conseguiram estabelecer contatos com várias organizações e algumas conseguiram finalizar o processo. Outras ficaram pelo caminho, em especial, nos itens envolvendo receitas, despesas e orçamento.

Esse movimento de difusão do Portal Transparência com Universidades trouxe várias experiências e desafios acerca de *inputs* sobre como o processo de formação das OSCs poderá ser replicado acompanhando a expansão do Portal Transparência em escala nacional. Observar essa parceria da academia com organização da sociedade civil reflete mudanças que podem estar ocorrendo através da participação social na pesquisa científica. E considerar isso, é demonstrar uma nova configuração no ambiente acadêmico que segundo Freeman (1974), "é importante para o crescimento da riqueza das nações, não apenas no sentido estreito do aumento da prosperidade, mas também no mais fundamental sentido de permitir a realização

de coisas que jamais haviam sido possíveis até então”, realizar pesquisas com e para a comunidade.

Entrevista 5 relata a importância dessas parcerias e do alinhamento com a reafirmação dos valores que permeiam o trabalho da organização para a promoção da plataforma:

Uma coisa muito relevante - por eu estar um tempo na instituição me permite refletir isso – refere ao que as fundadoras priorizam: o valor da colaboração, então todos os nossos projetos tinham esse viés de colaboração com os demais. E isso é comprovado desde a co-criação do Portal, que apesar de ser iniciativa do ICOM, tinha alguns realizadores, como a Unisul, o Instituto Fonte, o Instituto Guga Kuerten e a Fundação Mauricio Sirotsky Sobrinho, pra dar vida e permitir que o Portal pudesse crescer.

As estratégias de buscar aliados exigiu também que a instituição estivesse presente em arenas que fortalecessem sua legitimação social e política, para promover a tecnologia social Portal Transparência. Com base nisso que em 2015 o ICOM, de acordo com o site, junto a mais 14 organizações, passou a fazer parte da Comissão Mista de Avaliação do Certificado de Responsabilidade Social de Santa Catarina e Troféu Responsabilidade Social - Destaque SC, promovida pela Assembleia Legislativa do Estado de Santa Catarina (ALESC). “Esse programa tem o objetivo de reconhecer o mérito de organizações (empresas privadas, públicas e entidades) que demonstrem o comprometimento com o desenvolvimento sustentável” (ICOM, 2018). Entrevista 2, relata essa parceria com o ICOM:

O ICOM, a partir da quinta edição (2015), iniciou sua parceria neste processo, por sua representatividade no terceiro setor, por seu forte potencial multiplicador de ações e por seu genuíno engajamento com a certificação, uma vez que já fora avaliada e certificada nas edições anteriores, entre os anos 2012 e 2014. Isso nos mostraria o "olhar externo" daquele que, hoje, ainda representa o setor com a maior participação no processo e ao mesmo tempo com a maior "necessidade" de profissionalização de suas ações.

De acordo com o site, o ICOM a fim de estimular a atração e participação das instituições sociais para obtenção do prêmio, promoveu em 2015 e 2017, eventos de formação para este público alvo, discutindo temas relacionados a Certificação de Responsabilidade Socioambiental da ALESC e a elaboração do próprio balanço social. Outro ponto a ressaltar nessa parceria, é que o portal, quando completamente preenchido pela organização, gera um relatório de atividades anual, que é público. Esse documento pode ser utilizado pelas OSCs para inscrição na Certificação de Responsabilidade Social.

Entrevista 2 “acredita que este processo de certificação tenha provocado o ICOM a aperfeiçoar seu sistema de comunicação institucional e a compartilhar essa experiência com outras organizações sociais, fortalecendo seu trabalho com as mesmas”, e acrescenta:

Usar o relatório gerado no Portal Transparência como documento aceitável para a inscrição na Certificação de Responsabilidade Social - ALESC foi uma decisão natural por conta dos ajustes graduais entre as partes: do Portal Transparência, que trouxe à luz a realidade da OSC para o processo de avaliação ao certificado e da Certificação, que difundiu a parametrização de regras propostas por nossa legislação vigente. Além disso, o Portal Transparência acabou se tornando uma tecnologia social prática e concisa de comunicação às OSC, principalmente, àquelas que não possuem infraestrutura mínima para publicização de suas atividades, suprimindo uma das prerrogativas de avaliação do certame (e regra geral) que é tornar público, transparente e acessível às informações organizacionais apresentadas no Balanço Social, o que torna o seu uso como documento aceitável para a referida inscrição.

O acesso das organizações da sociedade civil a esses dispositivos de legitimação e ação política geram efeitos, a partir dessa relação em rede compartilhando experiências que giram entorno do “modo de fazer”. Pode-se observar que foi possível gerar condições que possibilitassem uma maior clareza das ações e motivações das organizações em participar do Portal Transparência, pois é isso que orienta as reflexões institucionais nessas experimentações. São alguns exemplos:

E6: Nós participamos do Movimento Nós Podemos SC - 8 jeitos de Mudar o Mundo, via edital e nosso projeto ficou em 1ª Lugar no Oitavo Objetivo do Milênio em 2014. A partir disso, começamos a participar dos eventos oferecidos pela empresa parceira que repassou a contrapartida do valor total do projeto, nos oferecendo também uma capacitação com a equipe do Portal Transparência, com tudo pago, então eu representando a instituição participei e amei a proposta e imediatamente fizemos parte do Portal Transparência com muito prazer.

E1: A creche João XXIII, já vem trabalhando dentro dos seus processos internos alguns anos pra ser uma instituição transparente. E a gente precisava agora (2018) ser reconhecido pela sociedade como esse valor da transparência. Então como poderíamos fazer isso? A melhor forma encontrada foi através de certificações e foi aí que descobrimos o "selo compromisso com a transparência" do ICOM. E por ser um selo que não tem um investimento para a instituição, a gente optou por estar fazendo parte do Portal Transparência, e ser reconhecida como instituição transparente (Cleiton Henrique Pereira, Diretor Tesoureiro da Creche João XXIII).

E de como a tecnologia social ao ser utilizada, proporciona autorreflexão, para “transformar a causa defendida em objeto de interesse e desejo de outros. Não há fórmulas mágicas, mas, ao traçar estratégias nesse campo, é fundamental afetar a emoção e a subjetividade das pessoas” (ARMANI, 2013, p.173), como Entrevista 6:

Evoluímos e fomos incluídos na sociedade, nos tornamos conhecidos e respeitados porque antes éramos apenas mais uma instituição que atendia pessoas com Transtorno do Espectro Autista, hoje continuamos uma instituição, mas com um Reconhecimento muito maior, com um olhar diferenciado, recebemos a maior honraria do Estado de SC “Comenda do Legislativo Catarinense” e muitos outros Certificados, Homenagens Solenes, Moção de Parabenização, Medália de Honra ao Mérito, Selos e Títulos que tenho certeza que foi pela divulgação no Portal Transparência de um pouco do nosso trabalho.

Identifica-se na AMA Campos Novos que falar “quem eu sou” seria o mesmo que dizer, segundo Armani (2013, p.90) “ quais são as chaves que abrem as portas da organização para a sociedade e para o mundo”. Esse fortalecimento em termos de visibilidade que é bastante estratégico corresponde a uma demanda política até então suspensa.

Por outro lado, foi possível verificar também, os desafios acerca da participação dessas organizações no Portal Transparência. Segundo Entrevista 1:

A creche João XXII, em particular, teve um desafio de buscar o histórico da instituição, porque muitas vezes a gente chega na direção e muitas pessoas já não estão mais aqui, ocasionando em uma reconstituição do passado da instituição. Pra outras instituições, eu acho que depende da direção. Quando os diretores querem que a instituição seja reconhecida eles buscam e vão atrás.

Pensar nessas angústias e desafios relacionados aos processos de gestão e governança demonstra a exigência de competência dessas instituições não só para garantir a permanência no Portal Transparência, mas na participação em editais de financiamento e premiações. Certamente, trata-se de desafios que, se enfrentados com franqueza, só têm a contribuir para o amadurecimento institucional.

Partindo do princípio de que tecnologias sociais são fenômenos vivos em constante evolução, buscou-se identificar as melhorias e avanços que o Portal Transparência precisa, levando em consideração o contexto atual, pra ser instrumento de ação política e fortalecimento das organizações da sociedade civil:

E3: Quando você cria um instrumento você tem que pensar nele daqui dez anos, será que ele faz sentido? Pensando nisso eu vejo que é fundamental num processo desse, você ter um cadastro mínimo que seja realmente para aquelas que são apenas mapeadas. Para as observadas você aprofunda. Mas tem que ser uma coisa simples, por que se não for simples, as organizações não vão terminar o cadastro. O fato de



abrir para o Brasil inteiro traz a questão, se você aposta na quantidade ou na qualidade. Eu sempre sou a favor da qualidade. E eu acho que a proposta do ICOM é ser realmente o instituto de desenvolvimento territorial com foco no local, ou seja, algo que exige profundidade. Não vejo o portal transparência do Brasil, para que isso aconteça, teria que ter uma rede de atores nos locais pra fazer esse trabalho de *back office* de acompanhamento, pois como você vai atualizar a informação, como você vai saber se a organização existe ou não.

E4: Muitas organizações ainda não estão preparadas para colocar todas aquelas informações. Então talvez, o portal precisaria de níveis (básico intermediário e avançado). As organizações avançadas têm condições de colocar todas as informações exigidas. As que surgiram agora, ok! Vai ter visibilidade, mas com aquele nível de informação, porque a gente sabe que Portal Transparência é bem exigente.

E5: Primeiramente, não sei se o Portal Transparência precisa ser do ICOM. Acredito também que para desenvolvê-lo precisa mobilizar recurso financeiro, pensar em um novo projeto. Ademais, precisa ter pessoas com inteligência aqui dentro, ou seja, ter competência para mexer no sistema, porque desde que foi concebido, toda vez que tinha uma *bug* (erro), a gente tinha que enviar a solicitação para o desenvolvedor, e este mesmo demorava no mínimo cinco dias para responder.

E1: Em questão de preenchimento, o Portal Transparência é de fácil acesso. No entanto, precisa de uma divulgação maior, principalmente quando abre uma campanha, por exemplo para aquisição do selo “Compromisso com a Transparência de 2019”. Enviar *newsletter* pra os cadastrados fazendo uma campanha, pedir para que as organizações divulguem em suas mídias, porque tem muitas instituições que acabam mudando os funcionários, diretoria e acaba esquecendo que é cadastrado na plataforma deixando de preencher anualmente. Deveria também enviar informativos de empresas que possam estar apoiando as organizações que tem o selo compromisso com a transparência do Portal, pois como estamos em São Paulo tem pouca divulgação, mas acho que deveria expandir pra outras cidades, estados, fazer parcerias com federações e outras instituições, aproveitando as redes sociais para que aumente a gama de instituições que possam ter esse selo compromisso com a transparência.

Na prática, o que se verifica nesses anseios para o avanço da tecnologia social Portal Transparência, é um ressignificação que tenha capacidade crítica para poder incidir em questões centrais das organizações da sociedade civil brasileira, hoje, retomando o dinamismo da TS e verificando, seu papel político pedagógico e impacto social daqui cinco a dez anos na construção de novos cenários. Mas, para que isso possa de fato ocorrer, é preciso ainda enfrentar uma série de desafios e discutir aspectos como: Qual será o perfil dos profissionais desse setor? Como alinhar inteligência de tecnologia da informação com tecnologia social? Como acompanhar e sistematizar as necessidades sociais? Como criar ou reformular marcos regulatórios mais favoráveis ao desenvolvimento das organizações? Qual vai ser o impacto das novas tecnologias nas suas formas de atuação?

Desvelar alguns fatores implicados na construção, desenvolvimento e promoção do Portal Transparência, trouxe o desafio de analisar um papel “maior” do que o verificável no

plano instrumental, estabelecendo diversas conexões em sentido amplo, ou seja, como instrumento de ação política que luta por um ideal de desenvolvimento baseados na racionalidade substantiva, de fortalecimento cultural e identidade clara do papel dessas instituições como produtoras de tecnologias social, considerando inclusive a questão tecnológica, como no caso estudado.

## 5 CONSIDERAÇÕES FINAIS

Ao incentivar o debate sobre a atuação das organizações da sociedade civil como produtoras de tecnologias sociais, dá-se importância ao movimento portador de uma nova configuração de desenvolvimento que minimize as desigualdades sociais e que está em construção de um direito a ser reconhecido e canalizado pelo sistema social e político. Um ativismo democratizante de engenhosidade que essas instituições absorvem de acordo os ciclos político-culturais da história do país. Por conseguinte, é possível imaginar a democracia que temos e os direitos já assegurados no Brasil sem a influência das OSCs?

A problemática abordada foi compreender se a tecnologia produzida nesta sociedade interessa e fortalece as entidades que prestam serviços a estas camadas sociais – excluídas e marginalizadas- quais os efeitos do Portal Transparência enquanto Tecnologia Social? A intenção aqui não foi de sistematizar Tecnologias Sociais, mas de apontar o quanto as TS, ao ser desenvolvida e reaplicada, promove transformação social.

É diante deste cenário, que compreender o conceito de Organização da Sociedade Civil, desde a sua formação no contexto brasileiro a sua contribuição à criação de metodologias e tecnologias sociais, é refletir sobre seus papéis em cada ciclo histórico. Tais iniciativas que iniciam atreladas às ideias de filantropia e caridade se transformam e evoluem após a década de 80, reaparecendo como tema de reflexão política e intelectual nas agendas do campo como uma “esfera tão importante quando o Estado e o mercado, quando se trata de tentativas de recomposição da coesão social igualmente abalada pelas crises” (ANDION, 2015). Um dos principais indícios desse processo refere-se à criação e desenvolvimento do Instituto de Tecnologia Social (ITS) em 2001, uma das principais instituições difusora do conceito de Tecnologia Social no Brasil.

Outro aspecto importante para o desenvolvimento do estudo foi analisar o marco analítico-conceitual de Tecnologia Social até sua participação nas políticas de ciência e tecnologia. A inovação da própria sociedade, que, coletivamente, organiza-se para resolver seus próprios problemas, carrega uma metodologia endógena de que é possível alinhar saber popular e técnico para melhoraria da qualidade de vida e equidade social. Se, então, trata-se de criação de tecnologia, espera-se que os centros de pesquisa, centros de saber, universidades sejam os projetistas destas novas técnicas. Nesse sentido, faz-se necessário uma política de ciência e tecnologia a serviço da sociedade, questionando não só o descompasso significativo entre o desenvolvimento científico-tecnológico e desenvolvimento social, mas

principalmente, a produção bibliográfica em veículos acadêmicos reconhecidos pela comunidade científica. O que a universidade produz é de interesse da sociedade, que, é quem a sustenta? Se a sociedade não utiliza o conhecimento produzido na universidade, o problema é da sociedade? Por que se faz tal pesquisa e não outra? Como os pesquisadores irão devolver a sociedade o investimento feito em sua formação?

Transformar exceções em regra, ou seja, aquilo que deu certo para poucos e está bem estruturado pode ser expandido para muitos, é isso que em última instância pretendeu-se alcançar nesse estudo. Identificar e caracterizar a diversidade de fatores que estão implicados na construção e no desenvolvimento da Tecnologia Social Portal Transparência, e seus efeitos na realidade brasileira. A perspectiva pedagógica para identificar os fatores implicados nas estratégias de articulação que o ICOM adotou na criação e no desenvolvimento do Portal Transparência demonstrou elementos de uma racionalidade subjetiva e simbólica—participação democrática, comunicação eficiente, capital social, participação em espaços de controle social, fortalecimento de relações de confiança, solidariedade, cooperação, autorrealização, protagonismo, dinâmica política cultural e social, lugar de fala— indo além do uso da tecnologia social em si. Percebe-se o complexo fluxo que faz a tecnologia social ser o que ela é, e os desafios ao utilizar tecnologia (*software*) que traduza os interesses da comunidade, como no caso estudado.

Como instrumento de ação política, o Portal Transparência gera três principais efeitos sólidos e estendidos: 1) infraestrutura para as organizações publicizarem sua identidade online, com acesso a selos, ferramentas e conteúdos que as façam refletir sobre seu papel político pedagógico; 2) suporte e reconhecimento do ICOM a nível local (Grande Florianópolis) possibilitando parcerias com universidades e poder público para a promoção da tecnologia social, fragilizando seus efeitos a nível nacional, por limitação geográfica de atuação e recursos humanos; 3) fragilidade de profissionais com *expertise* de traduzir expectativas das OSCs em tecnologia (*software*).

O outro ponto é que não se tem a noção de onde chegaremos com o avanço da tecnologia, mas sabe-se que para tudo há um limite. As preocupações com a direção que vem tomando o novo paradigma tecnológico e quem o controla, se tornou o cerne deste estudo, que exemplificou movimentos autogestionários que se desenvolve por uma perspectiva contrária a do capital.

Uma importante revelação deste estudo é o pouco aproveitamento do potencial da TS, permitindo uma revisão de critérios subjetivos e simbólicos, que ultrapassem a “planilha de

cálculo” do fazer tecnologia social, pois quanto mais consciente sobre os fatores intrínsecos desse movimento de criação, adaptação e efeitos, mais a sociedade, isso inclui as instituições sociais, serão capazes de desenvolverem expertises com capacidade de *advocacy*, e um alto grau de independência para influenciar novos atores e se sustentarem neste cenário atual de instabilidade e luta social na democracia do País.

## REFERÊNCIAS

- ALVES, M. A. O conceito de sociedade civil: em busca de uma repolitização. *Organizações & Sociedade*, v. 11, n. esp, p. 141-154, 2004.
- ANDION, C. Investimento Social Privado e Mobilização de Recursos na Grande Florianópolis. Florianópolis: Ed. Da UDESC, 2015, pp. 151.
- ANDION, C. A; SERVA, M. Economia social no Brasil: panorama de um campo em construção. In: URALDE, J.M. *La Economía Social em Iberoamérica: um acercamiento a la realidad*. Madrid: MTAS/FUNDIBES, 2006, p. 39-86.
- ARENDT, Hannah. *The Human Condition*. Chicago: The University Of Chicago Press, 1958.
- ARMANI, Domingos. *Organizações da Sociedade Civil: protagonismo e sustentabilidade*. Recife: Instituto C&A, 2013, pp. 298.
- AVRITZER, Leonardo. Sociedade Civil, Instituições Participativas e Representação: da autorização à legitimidade de ação. *DADOS – Revista de Ciências Sociais*, Rio de Janeiro, v. 50, n. 3, p. 443-464, 2007.
- BARKER, Ernest. *Social Contract*. Locke, Hume and Rousseau. Oxford: Oxford University Press, 1960.
- BIGNETTI, L. P. As inovações sociais: uma incursão por ideias, tendências e focos de pesquisa. *Ciências Sociais Unisinos*, São Leopoldo, v. 47, n. 1, p. 3-14, 2011.
- BOBBIO, Norberto. *Ensaio sobre Gramsci e o conceito de sociedade civil*. Rio de Janeiro: Editora Paz e Terra, 1999, 137 pp.
- CANÇADO, A. C.; SAUSEN, J. O.; VILLELA, L. E. Gestão social versus gestão estratégica. In: TENÓRIO, F. G. (Org.). *Gestão social e gestão estratégica: experiência em desenvolvimento territorial*. Rio de Janeiro: FGV, 2013. Cap. 1, p. 15-86.
- CASARIN, H. C. S.; CASARIN, S. J. C. *Pesquisa Científica: da teoria à prática*. Curitiba: Ibpx, 2011.
- CAVALCANTI, Marcos. NETO, André Pereira. *Inovação, Tecnologias Sociais e a Política de Ciência e Tecnologia do Brasil: Desafio Contemporâneo*. Sinais Sociais. Rio de Janeiro. V. 5 nº 17. p. 80-109. 2011.
- CIOCONELLO, Alexandre. A participação social como processo de consolidação da democracia no Brasil. In: Green, Duncan. *Da pobreza ao poder: como cidadãos ativos e estados efetivos podem mudar o mundo*. São Paulo: Cortez; Oxford: International, 2009.
- CHAUÍ, Marilena de Souza. A universidade pública sob nova perspectiva. Conferência de abertura da 26ª reunião anual da ANPED, Poços de Caldas, 5 de outubro de 2003.
- COHEN, Jean; ARATO, Andrew. *civil society and political theory*. Cambridge: The MIT Press, 1994, 771 pp.
- COLÁS, Alejandro. *International civil society: social movements in world politics*. Oxford: Polity, 2002.
- CONSTITUIÇÃO DA REPÚBLICA FEDERATIVA DO BRASIL DE 1988. Disponível em < [http://www.planalto.gov.br/ccivil\\_03/constituicao/constituicao.htm](http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/constituicao/constituicao.htm)>. Acesso em 03 de Junho de 2018.
- COSTA, A. B. (Org.). *Tecnologia social e políticas públicas*. Brasília: Fundação Banco do Brasil, 2013.
- DAGNINO, R. A tecnologia social e seus desafios. In: *Tecnologia social: uma estratégia para o desenvolvimento*. Rio de Janeiro: Fundação Banco do Brasil, 2004.

DAGNINO, Evelina. Sociedade Civil, participação e cidadania: do que estamos falando? In: MATO, Daniel (coord.). Políticas de ciudadanía y sociedade civil em tempos de globalización: Caracas: FACES, Universidade Central de Venezuela, 2004, p. 95-110.

DAGNINO, Evelina; OLVERA, Alberto J.; PANFICHI, Aldo (orgs.). A disputa pela construção democrática na América Latina. São Paulo: Paz e Terra; Campinas: Unicamp, 2006.

DAGNINO, Renato; BRANDÃO, Flávio; NOVAES, Henrique. Sobre o marco analítico-conceitual da tecnologia social. In: MELLO, Claiton (orgs). Tecnologia Social: uma estratégia para o desenvolvimento. Fundação Banco do Brasil, Rio de Janeiro, 2009.

DAGNINO, R. Tecnologia social e seus desafios. In: DAGNINO, R. (Org.). Tecnologia social: ferramenta para construir outra sociedade. 2. ed. Campinas: Komedi, 2010.

DAGNINO, R.; BRANDÃO, F. C.; NOVAES, H. T. Sobre o marco analítico-conceitual da tecnologia social. In: DAGNINO, R. (Org.). Tecnologia social: ferramenta para construir outra sociedade. 2. ed. Campinas: Komedi, 2010. p. 71-112.

DAGNINO, R. O envolvimento da FBB com políticas públicas em tecnologia social:: mais um momento de viragem. In: COSTA, A. B. Tecnologia social e políticas públicas. São Paulo: Fundação Banco do Brasil, 2013.

DAGNINO, R. Tecnologia Social, contribuições conceituais e metodológicas [online]. Campina Grande: EDUEPB, 2014, 318 p.

DA PAZ, R. D. O. Organizações não-governamentais. Um debate sobre a identidade política das associadas à ABONG . Cadernos ABONG. nº 33, junho de 2005.

DUQUE, T. O. TECNOLOGIA SOCIAL E GESTÃO SOCIAL: INTERFACES E CONEXÕES. 2015. 150 f. Dissertação (mestrado profissional) – Universidade Federal de Lavras, 2015.

ESTENSSORO, L. *Capitalismo, desigualdade e pobreza na América Latina*. Tese – Doutorado. Universidade de São Paulo (USP), 2003.

ESTEVES, L.E. *Capacidade absorviva e os determinantes do hiato tecnológico: um modelo de catching-up*. Universidade Federal do Paraná – UFPR, 2009.

ESTRATÉGIA NA CIONAL DE CIÊNCIA E TENOLOGIA. Disponível em : <https://portal.insa.gov.br/images/documentos-oficiais/ENCTI-MCTIC-2016-2022.pdf>. Acesso em 03 de Junho de 2018.

FAPESP – Fundação de Amparo à Pesquisa do Estado de São Paulo. Disponível em < <http://revistapesquisa.fapesp.br/2017/06/19/financiamento-em-crise/>>. Acesso em 03 de Junho de 2018

FERNANDES, R. M. C; MACIEL, A.L.S. *Tecnologias sociais: experiências e contribuições para o desenvolvimento social e sustentável*. 42 f .Porto Alegre: Fundação Irmão José Otão, 2010.

FERNANDES, Rubem César. O que é o terceiro setor? Revista do Legislativo, Belo Horizonte: Assembleia Legislativa do Estado de Minas Gerais, n. 18, p.26- 30, abr/jun. 1997.

FREEMAN, Christopher. *The economics of industrial innovation*. Harmonds-worth, Penguin Books, 1974.

FREITAS, C. C. G.; SEGATTO, A. P. Ciência, tecnologia e sociedade pelo olhar da tecnologia social: um estudo a partir da teoria crítica da tecnologia. Cadernos EBAPE. BR, Rio de Janeiro, v. 12, n. 2, p. 302-320, 2014.

GARCIA, Jesus Carlos Delgado. Um metodologia de Análise das Tecnologias Sociais. Trabalho apresentado no XII Seminário Latino – Iberoamericano de Gestión Tecnológica. Altec. Buenos Aires: ITS BRASIL, 2007.

GARCIA, E. Pesquisa básica e inovação. 2011. Disponível em: <<http://www.fiocruz.br/ioc/cgi/cgilua.exe/sys/start.htm?infoid=1125&sid=32&tpl=printerview>>. Acesso em: 24/11/2017.

GIL, Antônio Carlos. Como elaborar projetos de pesquisa. 4. ed. São Paulo: Atlas, 2007.

GOLDENBERG, M. A arte de pesquisar. Rio de Janeiro: Record, 1997.

GRAMSCI, Antonio. *Selections from the prison notebooks*. New York: International Publishers, 1975.

GOHN, Maria da G. Os sem-terra, ONGs e cidadania. 2 ed. São Paulo: Cortez, 2000.

HABERMAS, Jurgen. *Between facts and norms*. Cambridge: Polity Press, 1996.

------. Mudança estrutural da esfera política. Rio de Janeiro. Tempo Brasileiro, 1984.

HEGEL, Georg. *Elements of the philosophy of right*. Cambridge: Cambridge University Press, 1991.

HÉRNANDEZ, Fabiana Abreu. Fundações Comunitárias: um veículo para endossar e manter os processos de desenvolvimento local? O caso da Colônia, Uruguai. Montevideu: centro latino-americano de economia humana (CLAEH), programa de desenvolvimento local (pdi), 2007.

HOBBS, Thomas. *Leviathan*. Oxford: The Clarendon Press, 1967.

ICOM – Instituto Comunitário Grande Florianópolis. Ata de Instituição. Documento interno. Uso autorizado pela organização. Florianópolis, 2005.

ICOM– Instituto Comunitário Grande Florianópolis. Planejamento Técnico e Financeiro 2006/2007. Documento interno. Uso autorizado pela organização. 2006.

ICOM– Instituto Comunitário Grande Florianópolis. Relatório Final Fortalecer. Documento interno. Uso autorizado pela organização. 2007.

ICOM– Instituto Comunitário Grande Florianópolis. Estudos Projeto Transparência, Primeiras Versões 1. Documento interno. Uso autorizado pela organização. 2008.

ICOM– Instituto Comunitário Grande Florianópolis. Estudo de Caso do ICOM - DI. Documento interno. Uso autorizado pela organização. 2011.

ICOM– Instituto Comunitário Grande Florianópolis. Relatório Institucional de Acompanhamento e Avaliação do Projeto Transparência – Instituto C&A. Documento Interno. Uso autorizado pela organização. 2011.

ICOM– Instituto Comunitário Grande Florianópolis. Plano de Ação. Documento interno. Uso autorizado pela organização. 2012.

ICOM – Instituto Comunitário Grande Florianópolis. Relatório de Atividades. Florianópolis, 2015.

ICOM– Instituto Comunitário Grande Florianópolis. Fundo Comunitário para Fortalecimento das Organizações Sociais. Documento interno. Uso autorizado pela organização. 2013.

ICOM– Instituto Comunitário Grande Florianópolis. Formulário de Inscrição Categoria Tecnologia Social – Prêmio Finep 2013. Documento interno. Uso autorizado pela organização. 2013.

ICOM – Instituto Comunitário Grande Florianópolis. Regimento Interno. Documento interno. Uso autorizado pela organização. Florianópolis, 2016.

ICOM – Instituto Comunitário Grande Florianópolis. Coleção Fortalecer –Jornada DI. Florianópolis, 2016.

ICOM – Instituto Comunitário Grande Florianópolis. Relatório Anual de Atividades. Florianópolis, 2017.

ITS. Instituto de Tecnologia Social. Tecnologia Social no Brasil: direito à ciência e ciência para cidadania. Caderno de Debate. São Paulo: Instituto de Tecnologia Social: 2004.

ITS. Instituto de Tecnologia Social. Tecnologia Social. Disponível em <http://www.itsbrasil.org.br/cbrts/tecnologia-social>. Acesso em 23.09.2017.

JUNG, C. F. Metodologia Científica: ênfase em Pesquisa Tecnológica. 2004. Disponível em: <<http://www.geologia.ufpr.br/graduacao/metodologia/metodologia/jung.pdf>>. Acesso em: 24/11/2017.



JESUS, V. M. B.; COSTA, A. B. (Org.). Tecnologia social: breve referencial teórico e experiências ilustrativas. In: COSTA, A. B. (Org.). Tecnologia social e políticas públicas. São Paulo: Fundação Banco do Brasil, 2013.

KEANE, John. Civil society and the state, new european perspectives. Londen-New York: Verso London: Verso Publishers, 1988.

\_\_\_\_\_. Civil society: old images, new visions.. Stanford: Stanford University Press, 1998.

KOELLER, Priscila ; VIOTTI, Renato Baumgratz ; RAUEN, André. Dispendios do Governo Federal em C&T e P&D: esforços e perspectivas recentes. Radar nº 48 - Dezembro de 2016. < <http://www.ipea.gov.br/radar/temas/ciencia-tecnologia-e-inovacao/627-dispendios-do-governo-federal-em-c-t-e-p-d-esforcos-e-perspectivas-recentes>> Acesso em 03 de Junho de 2018.

LANDIM, Leilah. Múltiplas identidades das ONGs. In: HADDAD, S. (org.) ONGs e Universidades. São Paulo: Peirópolis, 2002.

LONGARAY, André Andrade; BEUREN, Maria. Caracterização da pesquisa em contabilidade. 2003. In: BEUREN, Maria. (Org.). Como elaborar trabalhos monográficos em contabilidade: teoria e prática. São Paulo: Atlas, 2003.

LUDKE, Menga; ANDRÉ, Marli E. D. A. Pesquisa em educação: abordagens qualitativas. São Paulo: EPU, 1986.

MACIEL, Ana Lúcia S; FERNANDES, Rosa Maria Castilhos. Documento: Subsídios ao debate acerca das Tecnologias Sociais na 4ª Conferência Nacional de Ciência, Tecnologia e Inovação (CNCTI). Porto Alegre, Fórum Social Mundial, Janeiro, 2010.

\_\_\_\_\_. Tecnologias Sociais: interface com as políticas públicas e o Serviço Social. In: Revista Serviço Social & Sociedade 105. São Paulo: Cortez, 2011.

MANINI, Miriam Paula – Análise documentária de fotografias: um referencial de leitura de imagens fotográficas para fins documentários. São Paulo, 2002. Tese de doutorado apresentada ao Departamento de Biblioteconomia e Documentação da Escola de Comunicações e Artes da Universidade de São Paulo.

MARCONI, Marina de Andrade; LAKATOS, Eva Maria. Fundamentos de metodologia científica. 5. ed. São Paulo: Atlas, 2003.

MARCONI, Marina de Andrade; LAKATOS, Eva Maria. Metodologia do trabalho Científico. 6.ed. São Paulo: Atlas, 2001.

MARX, Karl. A ideologia alemã. 9º ed. São Paulo: Hucitec, 1993.

MATTAR, F. N. Pesquisa de marketing: Edição compacta. 4ª edição. São Paulo, Atlas, 2008

MATOS, Maria Izilda S. de. Terceiro setor e gênero: trajetórias e perspectivas. São Paulo: Cultura Acadêmica: Instituto Presbiteriano Mackenzie, 2005.

MORAIS, Leandro Pereira. Ciência, tecnologia e inovação (CT&I) para o desenvolvimento inclusivo e sustentável: breves reflexões sobre o papel das tecnologias sociais (ts). Radar nº 54 - dezembro de 2017. < <http://www.ipea.gov.br/radar/temas/ciencia-tecnologia-e-inovacao/692-ciencia-tecnologia-e-inovacao-ct-i-para-o-desenvolvimento-inclusivo-e-sustentavel-breves-reflexoes-sobre-o-papel-das-tecnologias-sociais-ts>> Acesso em 03 de Junho de 2018.

NOVAES, Henrique T.; DIAS, Rafael. Contribuições ao Marco Analítico-Conceitual da Tecnologia Social. In: DAGNINO, Renato (Org.). Tecnologia Social: Ferramenta para construir outra sociedade. Campinas/ SP: IG / UNICAMP, 2009.

\_\_\_\_\_. Sobre o marco analítico-conceitual da tecnologia social. In: Tecnologia social: uma estratégia para o desenvolvimento. Rio de Janeiro: Fundação Banco do Brasil, 2004.

NOVAES, H. T. DIAS, R. B. Construção do marco analítico-conceitual da Tecnologia Social. In: Dagnino, R. (Org). Tecnologia social: ferramenta para construir outra sociedade. 2. ed. Campinas, SP: Komedi, 2010.

PANCERI, Regina. Transparência, governança, gestão e parcerias em ONGs: livro digital/ Regina Panceri: design instrucional Sivana SOUZA DA Cruz Clasen, Verônica Ribas Cúcio – Palhoça : Unisul Virtual, 2011.

PASSONI, Irma (2005) “Cidadania em CT&I: uma mudança de Paradigma”. In: Parcerias Estratégicas Centro – Centro de Gestão e Estudos Estratégicos. v.1, n.20, p. 93-112. Junho. Disponível em: <[www.cgee.org.br/arquivos/p\\_20\\_1.pdf](http://www.cgee.org.br/arquivos/p_20_1.pdf)>. Acesso em 15/11/2017.

PATEMAN, C. Participação e Teoria Democrática. São Paulo: Paz e Terra, 1991.

PEREIRA, Potyara A. Discussões conceituais sobre política social como política pública e direito de cidadania. In: BOSCHETTI, I; BEHRING, E.; SANTOS, S.; MIOTO, R. (Orgs). Política Social no Capitalismo: tendências contemporâneas. São Paulo: Cortez Editora, 2008.

PEREIRA, Renata Machado. O serviço social no ICOM – Instituto Comunitário Grande Florianópolis: Demonstrando a importância da identificação das necessidades e potencialidades a partir do mapeamento das organizações sem fins lucrativos no município de Florianópolis, para o desenvolvimento sustentável local. Unisul –Universidade do Sul de Santa Catarina. Palhoça. 2009.

PINHEIRO, Sérgio. 1994. Sociedade civil: a mágica e a sedução do conceito. In: AVRITZER, Leonardo (coord.). Sociedade civil e democratização. Belo Horizonte: Dei Rey. p. 5-9.

PINTO, Céli. As ongs e a política no Brasil: presença de novos atores. DADOS – Revista de Ciências Sociais, Rio de Janeiro, v. 49, n. 3, p. 651-670, 2006.

PORTAL TRANSPARÊNCIA. Disponível em :<[www.portaltransparencia.org.br/](http://www.portaltransparencia.org.br/)>. Acesso em 23.09/2017.

PUTNAN, Robert D. Comunidade e democracia. A experiência da Itália moderna. Rio de Janeiro: Ed. Fundação Getúlio Vargas, 1996, 260 pp.

RODRIGUES, Auro de Jesus. Metodologia Científica. São Paulo: Avercamp, 2006.

RODRIGUES, I.; BARBIERI, J. C. A emergência da tecnologia social: revisitando o movimento da tecnologia apropriada como estratégia de desenvolvimento sustentável. Revista de Administração Pública, Rio de Janeiro, v. 42, n. 6, p. 1069-1094, 2008.

SADER, Eder. Quando novos personagens entraram em cena. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1988.

SANTOS, E.L. Tecnologias Sociais: dispositivos informacionais significativos para a reinvenção do cotidiano. São Paulo: CBD-ECA-USP, 2009.

SANTOS, Boaventura de Sousa. Democratizar a democracia: os caminhos da democracia participativa. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2002 (Coleção Reinventar a Emancipação Social: para novos manifestos).

SELIGMAN, Adam B. The idea of civil society. New York.: The Free Press, 1992.

SILVA, Edna Lúcia da; MENEZES, Estera Muszkat. Metodologia da pesquisa e elaboração de dissertação. 3º rev. atual. Florianópolis: Laboratório de Ensino A Distância da UFSC, 2001.

SCHAS, Ignacy. A saída da crise: novas tarefas para RTS – Tecnologia Social, Sustentabilidade e Cidadania. (139-144) In: Tecnologias Sociais: Caminhos para a Sustentabilidade. / Aldalice Otterloo (et al.). – Brasília/DF: s.n, 2009.

SCHUMACHER, E. F. O Negócio é ser Pequeno: um estudo de economia que leva em conta as pessoas. Rio de Janeiro: Zahar Editores, 1983.

SONODA, A. V. Pesquisa Básica e Aplicada. 2008. Disponível em: <<http://sonodapesquisas.blogspot.com/2008/05/pesquisa-bsica-e-plicada.html>>. Acesso em: 24/11/2017.

SOUZA, Antonio Carlos de; FIALHO, Francisco Antonio Pereira; OTANI, Nilo. TCC: métodos e técnicas. Florianópolis: Visual Books, 2007.

TELLES, V. Movimentos sociais: reflexões sobre a experiência dos anos 70. In: SCHERER-TRIANA, Y. Q. Tecnologias sociais na era da informação: o caso das redes de software livre. Revista Contraponto | vol. 1 n. 1 | jan./jul. 2014.

VENTURA, M. M. O Estudo de Caso como Modalidade de Pesquisa. Rev. SOCERJ. 2007;20(5):383-386 setembro/outubro. Pedagogia Médica. Universidade Estácio de Sá – Rio de Janeiro, 2007.

VERGARA, S. C. Projetos e Relatórios de Pesquisa em Administração. 2 ed. São Paulo: Atlas, 1998.

VIEIRA PINTO, A. O conceito de tecnologia. Rio de Janeiro: Contraponto, 2005. 2 v.

WARREN I.; KRISCHKE P. J. (orgs.) . Uma revolução no cotidiano? Os novos movimentos sociais na América do Sul . São Paulo, Brasiliense, 1987.

WENDHAUSEN, Henrique. Comunicação e mediação das ONGs: uma leitura a partir do canal comunitário de Porto Alegre. (Coleção Comunicação 26) Porto Alegre: EDIPUCRS, 2003.

ZANELLI, J. C. Pesquisa qualitativa em estudos da gestão de pessoas. Estudos de Psicologia, v. 7, 2002.

Disponível em: <https://mapaosc.ipea.gov.br/resultado-consulta.html>. Acesso em 20/11/2017.

Disponível em: <http://www.icomfloripa.org.br/esta-aberta-a-temporada-de-atualizacao-de-dados-no-portal-transparencia/>. Acesso em 30 de Abril de 2018.

Disponível em: <http://www.icomfloripa.org.br/ultima-semana-para-se-inscrever-na-certificacao-de-responsabilidade-social/>. Acesso em 29 de Maio de 2018.

Disponível em: <http://of.org.br/noticias-analises/esse-e-o-nosso-levante/>. Acesso em 19 de Outubro de 2018.

## **APÊNDICE - ROTEIRO ENTREVISTA SEMIESTRUTURADA**

### **Entrevista 1**

Diretor Tesoureiro da organização da sociedade civil Creche João XXIII.

Atualiza todo o ano os dados da instituição no Portal Transparência

Nome:

Cargo:

Organização:

O que motivou a organização a fazer parte do portal transparência?

Houve benefícios?

Se sim? Quais foram os benefícios gerados com a utilização dessa tecnologia social?

Quais as dificuldades que uma OSC tem para participar do portal?

O que o Portal Transparência precisa para avançar?

### **Entrevista 2**

Servidora Pública do Estado de Santa Catarina, Assessora Técnica da Comissão de Assessoramento de Responsabilidade Social da Assembleia Legislativa de Santa Catarina – ALESC.

Utiliza O relatório socioambiental gerado pelo Portal como requisito para inscrição no Certificado De Responsabilidade Social E Troféu Destaque SC.

Nome:

Cargo:

Organização:

Como surgiu a parceria com o ICOM?

Quais foram os motivos que levaram a instituição a usar o relatório gerado do portal transparência como documento aceitável para inscrição?

Houve benefícios? Se Sim. Quais? Se não Quais atributos faltaram pra que melhorasse o processo de inscrição e seleção?

### **Entrevista 3**

Conselheira do ICOM e Professora de Administração Pública da UDESC/ESAG

Foi Co-Criadora Do Portal Transparência e utilizou a plataforma no Curso De Extensão Presencial "Gestão Da Transparência Em Ongs" Em 2011.

Nome:

Cargo:

Organização:

Qual foi o seu papel e expectativas na co-criação da Tecnologia Social Portal Transparência?

Quais os entraves que enfrentaram na implantação?

O que motivou você a utilizar e aplicar a tecnologia social Portal Transparência no Curso de Extensão chamado "Gestão da Transparência em ONGs" em 2011?

Quanto tempo durou o curso? Quando foi isso? Qual foi a reação dos alunos? tiveram resistência ?

O que o Portal Transparência, precisa para avançar?

#### **Entrevista 4**

Fundadora e Conselheira Deliberativa do ICOM, Coordenadora do Curso de Serviço Social e Gerente Capacitação, Pesquisa e Projeto da Unisul Extensão Unisul Virtual: Transparência, Governança, Gestão E Parcerias Em Ongs.

Utilizou a plataforma no Curso de Extensão “Unisul Virtual: Transparência, Governança, Gestão e Parcerias em ONGs” em 2013.

Nome:

Cargo:

Organização:

O que motivou você a utilizar e aplicar a tecnologia social Portal Transparência no Curso de Extensão Unisul Virtual: Transparência Governança Gestão e Parcerias em ONGs?

Quanto tempo durou o curso? Quando foi isso? Qual foi a reação dos alunos? tiveram resistência ?

O que o Portal Transparência, precisa para avançar?

#### **Entrevista 5**

Coordenadora de Programas do ICOM, e correalizadora do Portal Transparência.

Verificar seu papel e expectativas na co-criação da tecnologia social Portal Transparência

Nome:

Cargo:

Organização:

Qual foi o seu papel e expectativas na co-criação da Tecnologia Social Portal Transparência?

Quais os entraves que enfrentaram na implantação?

Qual a importância das parcerias com instituições públicas e privadas na promoção e desenvolvimento dessa tecnologia social?

O que o Portal Transparência, precisa para avançar?

### **Entrevista 6**

Diretora da Associação dos Pais e Amigos dos Autistas AMA de Campos Novos  
Atualiza todo o ano os dados da instituição no Portal Transparência

Nome:

Cargo:

Organização:

O que motivou a organização a fazer parte do portal transparência?

Houve benefícios?

Se sim? Quais foram os benefícios gerados com a utilização dessa tecnologia social?

Se não? Quais atributos faltaram pra que gerassem efetivo impacto na instituição?